

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**A EDUCAÇÃO DO PRÍNCIPE NAS *EMPRESAS POLÍTICAS* DE DIEGO
SAAVEDRA FAJARDO.**

ELANNY SUELY BRABO DE MATOS

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**A EDUCAÇÃO DO PRÍNCIPE NAS *EMPRESAS POLÍTICAS* DE DIEGO
SAAVEDRA FAJARDO.**

ELANNY SUELY BRABO DE MATOS

Sob a Orientação do Professor Dr.
Ricardo de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Setembro de 2011

860

M433e

T

Matos, Elanny Suely Brabo de, 1978-

A educação do príncipe nas Empresas Políticas de Diego Saavedra Fajardo / Elanny Suely Brabo de Matos – 2011.

94 f.

Orientador: Ricardo de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 77-82.

1. Política e literatura – Ibérica, Península (Espanha e Portugal) – História – Séc. XVII - Teses. 2. Educação de príncipes – Teses. 3. Emblemas na literatura – Teses. 4. Saavedra Fajardo, Diego de, 1584-1648 - Teses. I. Oliveira, Ricardo de, 1970-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ELANNY SUELY BRABO DE MATOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27 / 09/ 2011.

Prof. Dr. Ricardo de Oliveira (UFRRJ)

Orientador

Prof. Dr. Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Margareth de Almeida Gonçalves (UFRRJ)

SUPLENTE

Prof^a. Dra^a. Luciana Mendes Gandelman (UFRRJ)

Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Para concretização deste trabalho foram essenciais o apoio e a dedicação de meus familiares. Eles que, muitas vezes, se viram privados de minha companhia nos encontros festivos, nas reuniões e tantas outras atividades conjuntas. A vocês, que acompanharam cada etapa, das mais simples às mais complexas, vão os meus mais sinceros agradecimentos.

Dentro desse grupo destaco o papel de meu esposo Alex, com sua presença forte e marcante, meu porto seguro nesta existência, que não se furta de sinalizar minhas faltas e qualidades, sem ele não teria conseguido concluir mais esse estágio de minha vida acadêmica. Não posso esquecer ainda de minha sogra Genilda pelos muitos conselhos reconfortantes dados em momentos críticos, bem como de minha querida mãe Rosa que mudou radicalmente seu ritmo de vida para ficar ao lado da filha nessa etapa. A meu pai devo o carinho, pois ao seu modo, sei o quanto ele ficou ansioso com todo esse processo.

Aos amigos quero igualmente expressar essa gratidão.

Primeiramente ao queridíssimo Wolney Malafaia, a quem devo o encorajamento para a elaboração do projeto anos atrás. Lembro-me como se fosse ontem sua declaração quando, insegura, agradei a contribuição na elaboração e leitura prévia do mesmo e comentei que deixaria para depois esta empreitada: “tudo bem, só que não poderei estar tão presente, pois estou me desligando desta instituição, assim os contatos ficarão mais espaçados”. Tal declaração me deu um susto enorme e me tirou do estágio de letargia do qual me encontrava, assim finalizei o projeto e me inscrevi para a seleção do programa da pós da UFRRJ.

De forma alguma poderia estar ausente deste tópico a igualmente querida amiga Beatriz Oliveira, vulgo Bia. A ela que, desde a faculdade (já perfazem seis anos) entrou em minha vida de forma tão delicadamente típica. A essa amizade, que começou por afinidades intelectuais e aos poucos foi se estreitando e ultrapassando os muros da academia, sou muito grata. Agora sim, podemos comemorar...

Aos demais amigos que contribuíram com seus pensamentos positivos, suas leituras e correções ou simplesmente com apoio moral também deixo meus agradecimentos. A Karolliny Silverol, Ingrid Oliveira, Mariana Nastari, Jorge Vinícius e Sérgio Prattes, companheiros da turma do Mestrado que estiveram mais próximos em todos os percalços desta etapa, a Alex Brito, amigo de longa data, a Rosângela, Andresa, Jairo e Elisângela, por toda torcida. A vocês, minha sincera gratidão.

Seria uma ingratidão ímpar deixar de fora o meu orientador Ricardo Oliveira, posso dizer que sem ele este trabalho, dentro de suas possibilidades e limitações, não teria saído. Sempre me impelindo, me encorajando, segurando prazos, enfim, ele é um dos maiores incentivadores para a conclusão desta etapa. Além de pesquisador competente, seu modo positivo de ver a vida é contagiante, demonstrando que sempre há uma solução, bastando o trabalho honesto para se alcançá-la.

Agradeço ainda aos professores que ministraram as disciplinas que participei: professora Surama Conde Sá Pinto, professora Mirian Cabral Coser, professor Luis Edmundo Moraes, professora Margareth de Almeida Gonçalves e professora Lucia Maria Pereira Bastos das Neves. O encaminhamento e leituras propostas por eles contribuíram bastante para ampliar meus horizontes acerca do estudo do político. A professora Margareth agradeço ainda pela participação na banca de qualificação.

Gostaria de deixar registrado também os meus agradecimentos ao Professor Felipe Charbel Teixeira pela participação e sugestões na banca de qualificação.

Por fim finalizarei meus agradecimentos reportando-me a uma pessoa importantíssima que conheci no início desta empreitada, Emanuel. Sua presença e força nos momentos mais estressantes me fizeram ter o mínimo de equilíbrio para prosseguir sempre quando achava não ser mais possível. Sua presença, seu apoio, suas palavras de ânimo, por mais desesperada que estivesse, me apontavam que esse era mais um estágio que seria concluído. A você, querido, meu especial apreço e gratidão.

RESUMO

MATOS, Elanny Suely Brabo de. **A Educação do príncipe nas *Empresas Políticas* de Diego Saavedra Fajardo.** 2011. 94 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Este trabalho tem por objetivo analisar partes de discursos da literatura prescritiva ibérica do século XVII. Nestes podem ser observados o caráter prático dado à proposta de uma educação que procurava atender as demandas políticas e sociais daquele contexto. Fazendo uso da metodologia do contextualismo linguístico, examinaremos passagens de espelhos de príncipe, manuais de civilidade e livros de emblemas de alguns dos autores que fizeram parte deste, que é um universo letrado que propunha o entrelaçamento da proposta educativa ao sucesso do governo político. Em especial nos deteremos às tópicas mais representativas à educação do príncipe contidas na obra *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en Cien Empresas* de D. Diego Saavedra Fajardo, diplomata da corte de Felipe IV.

Palavras-chave: Seiscentos ibérico, Literatura Emblemática, Diego Saavedra Fajardo.

ABSTRACT

MATOS, Elanny Suely Brabo de. **The Education of prince in the companies politics of Diego Saavedra Fajardo.** 2011. 94 p. Thesis (MA in History). Institute of Humanities and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro Seropédica, RJ, 2011.

This work has for objective to analyze parts of speeches of the Iberian prescriptive literature of century XVII. In these they can be observed the practical character data to the proposal of an education that it looked to take care of to the demands social politics and of this context. Making use of the methodology of linguistic contextualism, we will examine parts mirrors prince, of civility manuals and books of emblem sof some authors who were part of that universe lettered who proposed the intertweve of educational proposal to the sucess of the political government. In special we will considerer the most representative topical education of the prince in the book *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en Cien Empresas* of D. Diego Saavedra Fajardo, a diplomat the court of Philip IV.

Keywords: 17th Iberian, Literature emblematic, Diego Saavedra Fajardo.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: ESPELHOS, EMBLEMAS E A LITERATURA NORMATIVA NA PENINSULA IBÉRICA DO SÉCULO XVII	14
CAPÍTULO II: D. DIEGO SAAVEDRA FAJARDO E AS SUAS EMPRESAS POLÍTICAS	32
CAPÍTULO III: AS LETRAS E A POLÍTICA – OS SABERES DO PRINCIPE CRISTÃO	52
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	79

INTRODUÇÃO.

As relações de poder há muito fazem parte da discussão dos historiadores. Desde o limiar da história enquanto campo de saber institucionalizado vemos o seu amplo e variado debate. Ao observarmos a reflexão de intelectuais de outras áreas de conhecimento podemos verificar as transformações imputadas às análises desta temática. Inicialmente as análises das relações de poder encontravam-se circunscritas a uma noção mais estreita, que se remetiam exclusivamente ao campo do Estado e das suas relações¹. Posteriormente essas, então, passaram a ser fortemente repudiadas pela *Escola dos Annales*², bem como pelo ambiente ideológico das novas orientações da pesquisa histórica, favorecidos pelo despontar dos movimentos operários e democráticos de início do século XX. Uma renovação da análise do político foi possibilitada a partir da década de 1960³ favorecida tanto por um contexto que alude à intervenção do *político* nos problemas da sociedade – já que estes não estavam mais sendo respondidos por pressupostos da história econômica ou social – como pela reflexão crítica acerca de alguns dos conceitos clássicos e práticas que deveriam ser retomados e reformulados⁴, passando ainda por uma problematização e retorno do acontecimento propostos por aqueles que anteriormente criticaram essa mesma análise⁵.

A história política pode, assim, ter a sua historicidade mapeada até o presente momento a partir desse amplo universo de renovação, onde poderemos constatar a contribuição de campos de saberes das ciências sociais e disciplinas variadas. De umas foram aproveitados os métodos e técnicas de pesquisa, bem como o tratamento de fontes, e de outras conceitos, vocabulários, problemáticas.⁶ Quanto às fontes, material primordial do historiador, as mesmas foram ampliadas para além dos relatórios e dos documentos que eram tratados

¹ Segundo o historiador francês René Rémond, os historiadores do político talvez achassem mais fácil a escrita de uma história política por conta das fontes que eram produzidas pela administração estatal e que tinham o caráter de vestígio escrito que, classificadas e conservadas, estariam acessíveis às análises posteriores. RÉMOND, René. “Uma História do presente”. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 15.

² Os Annales inicialmente a caracterizavam como “obsoleta e subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Idem. p. 18.

³ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões”. In: SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p. 27.

⁴ RÉMOND, René. Op. cit. pp. 24-25.

⁵ Ver REVEL, Jacques. “Retornar ao acontecimento: Um itinerário historiográfico”. In: *Proposições: Ensaios de História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009. pp. 73-95.

⁶ RÉMOND, René. Op. cit. pp. 29-30.

estatisticamente. Uma gama de outros materiais foi incorporada ao estudo da História política renovada, tais como, jornais, obras de ficção, panfletos que compõem o arsenal escrito/impresso, bem como os arquivos iconográficos, como as pinturas e esculturas⁷.

Uma análise que toma como ponto de partida a reflexão acima compreende que as relações de poder ultrapassam as relações políticas limitadas ao espaço do político institucional. O poder, inclusive em sua tradicional forma que emana do Estado, não pode ser mais pensado univocamente como uma relação de força, coerção e manipulação, mas amplia-se para as formas de negociação ou adesão.

Dessa forma podemos empreender a problematização dos diversos registros do Estado Moderno. Roger Chartier, quando analisa a sua construção e suas formas culturais⁸, nos alerta que a afirmação e legitimação desse se faz em torno de três formas de registros diferenciados, a saber: a ordem dos discursos – compreendendo tanto o texto dito ou escrito - a ordem dos signos e a ordem das cerimônias⁹. Estas formas, mesmo diferenciadas, convergem conjuntamente em torno da representação e legitimação do poder, mas não sofrem prejuízo quando são analisadas de forma separada¹⁰. Assim, ao se proceder uma análise sobre a literatura política produzida no século XVII estamos enveredando por uma dessas formas de registro, a da ordem do discurso.

Dentro desse aspecto, não poderíamos deixar de apontar que as discussões em torno do discurso político igualmente sofreram revisões, sendo que as mais representativas são as reflexões fornecidas pelo contextualismo linguístico desenvolvido na década de 1960 e 1970 pela *Escola de Cambridge*, da qual os expoentes mais conhecidos são os historiadores Quentin Skinner e John Pocock. A proposta principal destes autores está alicerçada no estudo das ideias em contexto, que afirma que o historiador deve analisar a linguagem dos atores de época para explicar os possíveis significados dos discursos produzidos naquele determinado contexto, ou seja, sem inserir o peso de suas preocupações presentes¹¹. Em artigo recente que analisa os pressupostos teóricos desta escola, em especial aqueles formulados por Quentin Skinner, Marcos Antônio Lopes alerta que os historiadores devem avaliar os textos dos

⁷ Para essas informações ver: RÉMOND, René. Op. cit., pp.32-34 e WINOCK, Michel. “As ideias políticas”. In: RÉMOND, René. Op. cit, pp.279-284.

⁸ CHARTIER, Roger. “Construção do Estado Moderno e formas culturais. Perspectivas e questões”. In: *A História cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. pp. 215-229

⁹ Idem. p. 225.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ver: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus . História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006. pp. 9-38.

grandes autores a partir das tradições filosóficas específicas em que surgiram¹², dessa forma a História intelectual deveria apreender as reais preocupações dos escritores políticos a partir das questões próprias de sua época. Em outras palavras, tratava-se de intentar descobrir o que estes escritores pretenderam dizer em seus textos analisando o contexto histórico da produção de sua obra e, ainda, levando em consideração os eventos e os debates relativos às questões políticas enunciadas por outros indivíduos naquele mesmo período¹³.

Com base nas informações dispostas podemos inserir o objeto de estudo de nossa dissertação que se constituiu na análise de partes de discursos da literatura prescritiva ibérica da segunda metade do século XVII, em especial a obra *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en Cien Empresas*, do político e diplomata da corte de Felipe IV, D. Diego Saavedra Fajardo. Nestas obras é observado o caráter prático dado à proposta de uma educação que procurava atender as demandas políticas do referido contexto. De acordo com o historiador espanhol José Antonio Maravall, praticamente toda a literatura do período pode ser compreendida como detentora de uma intenção pedagógica subjacente, dessa forma, é possível compreender que a literatura prescritiva tinha uma função educativa voltada para a manutenção e direção do Estado Ibérico¹⁴ e que seus autores propunham o entrelaçamento de preceitos prescritivos ao sucesso do governo político. Outrossim, essa literatura guardava uma finalidade prática afastando-se da causa meramente intelectual, de forma que os conselhos e diretrizes encerrados nos exemplares que a constituía, procuravam atender à demanda da ação política.

Essa proposta pedagógica associada à política permeia a já citada *Idea de un príncipe Político Christiano*, do tratadista D. Diego Saavedra Fajardo. Essa obra, publicada pela primeira vez em 1640, traz um conjunto de cem empresas¹⁵, nas quais o diplomata propõe aconselhamentos acerca da arte de governar utilizando, para isso, um número expressivo de máximas e exemplos prescritivos da tradição profana e cristã, expressos tanto de forma escrita quanto iconográfica. Foi um trabalho elaborado em um momento de crise da hegemonia da monarquia espanhola na Europa e, através dele, seu autor procurou apresentar um modelo de príncipe que acreditava ser o ideal para a restauração daquele governo. De acordo com Francisco Ayala, a experiência de Saavedra Fajardo como testemunha e negociador em

¹² LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. *Kriterion*. 2011, vol.52, n.123, pp. 177-195. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/kr/v52n123/a10v52n123.pdf>>. Acesso: 25 Ago 2011.

¹³ Idem. p. 189.

¹⁴ Fazemos referência às obras *Teoría del Estado en Espana em el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997., e *La Cultura del Barroco*. 10ª edição. Barcelona: Editora Ariel, 2007.

¹⁵ Explicaremos essa, que é uma das formas de configuração da literatura normativa, no primeiro capítulo desta dissertação.

importantes eventos políticos da segunda metade do século XVII dava-lhe essa autoridade especial na hora de formular seus aconselhamentos políticos¹⁶. As suas *Cien empresas* constituem-se, neste sentido, um modelo das produções normativas no contexto de formação e consolidação dos Estados Modernos e, ao discutirem os elementos prescritivos que um príncipe cristão deveria observar para o governo e manutenção do poder de seu Estado, oferece norteamento para a compreensão da importância dos preceitos pedagógicos para a política ibérica do século XVII, essa forma de pensar constitui um dos vieses para se analisar aquele determinado contexto.

Assim, a presente dissertação, composta de três capítulos, procurará analisar as formas de pensar presentes nas obras da literatura preceptiva selecionadas. Tomando como foco de análise a obra de Saavedra Fajardo, no primeiro capítulo intitulado **Espelhos, Emblemas e a literatura normativa da Península Ibérica do século XVII** apresentamos o conjunto da literatura normativa, remetendo-nos aos gêneros que a permeava, tais como os espelhos de príncipes, a literatura de civilidades e a literatura emblemática. Desta forma intencionamos constituir um paralelo discursivo que permita situar a *Idea Política de un príncipe Christiano* dentro da tradição retórico-política ibérica do século XVII, salientando seu lugar enquanto representante da literatura política voltada para a educação do príncipe cristão.

No segundo capítulo denominado **D. Diego Saavedra Fajardo e as suas Empresas políticas**, discutimos pormenorizadamente a vida e obra desse tratadista político, dando destaque para o estudo das *Empresas políticas*, como também era conhecida a fonte mencionada anteriormente. Procuraremos perceber e localizar as concepções histórico-filosóficas que tangenciaram tal obra, mapeando as transformações da edição *principis*, impressa em Mônaco por Nicolao Enrico em 1640 e a segunda edição, considerada pelo seu autor como a *optima*, de 1642, impressa em Milão.

Por fim, no último capítulo intitulado **As letras e a política: Os saberes do príncipe cristão**, analisamos as tópicas sobre a educação do futuro monarca, destacando as virtudes necessárias ao príncipe cristão e os demais elementos das “ars” governativas. Para isso, nos utilizamos de uma seleção de obras de autores contemporâneos a D. Diego Saavedra Fajardo, como o *Opúsculo da Infância e Puerícia dos Príncipes e Senhores*, de autoria de Francisco da Sylva, a *Summa Política* do bispo e estadista português Sebastião César de Meneses, o *El principe en la idea* de D. Diego Enríquez de Villegas e por fim, a *Cartilla Política e Cristiana*, do tesoureiro e clérigo D. Diego Felipe Albornoz.

¹⁶ AYALA, Francisco. *El pensamiento vivo de Saavedra Fajardo: Estudio y selección de las Empresas políticas*. Barcelona: Península, 2001. pp. 9-27

CAPÍTULO I: ESPELHOS, EMBLEMAS E A LITERATURA NORMATIVA NA PENÍNSULA IBÉRICA DO SÉCULO XVII.

Os Espelhos de príncipes, a literatura das civilidades e a literatura emblemática são exemplos de gêneros que compõem a forma escrita normativa no século XVII. Para o historiador espanhol José Antonio Maravall, essa tipologia pode ser compreendida como integrante de um aporte teórico que permeava tanto o universo pedagógico como o da prática política do período¹⁷. Sendo assim, podemos situar essa análise da literatura normativa como uma proposta de renovação dos estudos acerca do poder, contribuindo, desta forma, para a problematização das relações, análises e fontes relativas à História Política.

Como já foi falado, os estudos sobre o político passaram por uma renovação desde a década de 1960 e, dentro dessa onda de renovação, foi possível estudos sobre a legitimação e afirmação do poder a partir da análise dos discursos políticos presentes na chamada literatura política. Segundo o historiador José Antonio Maravall, o forte viés prescritivo dessas obras atenderia a uma proposta de manutenção e direção do Estado Ibérico no século XVII, e, naquele momento, a proposta normativa remetia-se a uma “educação” das vontades que via a prescrição de conselhos para muito além da perspectiva meramente intelectual¹⁸.

Dessa forma, é importante compreender o valor dado à pedagogia normativa e prescritiva como de assaz importância, por conta das demandas impostas pelo quadro político, social e cultural originado pelas Reformas. Esse contexto vai ocasionar uma crescente inquietação com a formação moral e religiosa, em geral, e dos príncipes, em particular. A essa preocupação, intensificada a partir do contexto das correntes religiosas reformistas de finais do século XV e inícios do século XVI, somava-se a associação das tendências pedagógicas humanistas¹⁹. Percebe-se, dessa forma, a ocorrência de um “investimento” neste papel formador, que ocorria já desde a primeira fase da vida e objetivava o alcance da estabilidade política dos sistemas monárquicos - com a formação de súditos obedientes - e a conservação da cristandade católica.

¹⁷ MARAVALL, José Antônio. *Teoria del Estado en España...* Op. cit., pp. 23-71.

¹⁸ Idem. p. 43.

¹⁹ Essas idéias podem ser visualizadas em: VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. Introdução. In: GUSMÃO, Alexandre. *A Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. X. e FERNANDEZ, Maria de Lourdes Correia. *Espelhos. Cartas e Guias de Casamento e espiritualidade na Península Ibérica – 1450-1700*. Tese de doutoramento defendida no Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1995. pp. 171-172

Como forma de atender a este projeto recorreu-se a proposta de normatização de comportamentos, favorecendo assim o aumento da produção da literatura normativa que insistia em uma mudança de hábitos.²⁰ Maravall aponta que o Humanismo foi importante para essa reforma interior do homem²¹, que se daria a partir das letras, mas não necessária e estritamente por meio das universidades, visto que os escritores políticos humanistas, eram, acima de tudo, homens práticos, e, a partir de sua vivência, procuravam dar um caráter pragmático às suas obras.²²

Essa inquietação em torno da formação pedagógica, moral, política e religiosa é exemplificada na profusa produção de obras literárias que compõem essa escrita preceptiva. Faz parte dela os já mencionados *Espelhos de príncipes*, os *livros civilidade* e os *livros de emblemas*. Procuraremos apresentar as formas de escrita prescritiva citadas; contudo, nos deteremos essencialmente nos exemplares daquela primeira e desta última, por remeterem-se à importância da educação áulica como modelo para os demais segmentos da sociedade. Ao fazermos esta opção, podemos perceber a temática da educação do príncipe como uma necessidade política recorrente no conjunto dos autores do seiscentos ibérico que, dentro desse quadro, constitui-se como elemento principal da fonte que analisaremos neste estudo. Expliquemos então as tipologias prescritivas citadas e a sua relação com a instrução áulica.

A literatura preceptiva dos Espelhos de príncipe constituiu-se por “manuais” ou “guias” que continham as recomendações que instruíam o futuro monarca acerca do que ele deveria ser, saber e fazer para dirigir bem o seu reino. Os *Specula Principum*, como também são conhecidos esses tratados didáticos-políticos, tem uma longa tradição que alude à representação anterior ao período de centralização monárquica iniciado no século XII. Ana Isabel Buescu, citando Nair Nazaré Costa, afirma que desde a antiguidade encontram-se elementos aglutinadores de uma série de informações para as atividades governativas do futuro monarca²³. Os manuais apresentavam um conjunto de modelos e práticas políticas a serem adotadas pelo futuro rei e tinham como característica principal o elenco de modelos e ações a serem seguidas por aquele. Segundo a autora, o pioneirismo destas instruções pode ser encontrado na obra *A Nicocles*, do retórico grego Isócrates, do século III a.C. Michel Senellart, em sua *As artes de governar*²⁴, nos aponta ainda outras obras e autores da

²⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. Op. cit. p. XI.

²¹ MARAVALL, Jose Antonio. *Teoria del Estado en España...* Op. cit. p. 25.

²² Idem. p. 29-30.

²³ Segundo Nair Nazaré Costa Soares. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996. p. 30.

²⁴ SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

antiguidade que em muito influenciaram na elaboração deste gênero, a exemplo de Cícero e Sêneca²⁵.

Por outro lado, Jacques Le Goff e Bernard Guénee destacam a importância de Santo Agostinho e da sua *Cidade de Deus* como fonte que influenciou na composição desta literatura. A obra de Santo Agostinho é apontada como um dos primeiros espelhos de príncipe no início da Idade Média²⁶. Não obstante, uma maior sistematização do gênero se dará, principalmente, a partir do período carolíngio, quando os conselhos da tradição antiga, aliados aos preceitos bíblicos, darão um caráter moralizador e ascético às obras produzidas no período.

A partir de uma abordagem historiográfica dos espelhos, observa-se que tais obras – sobretudo a partir do contexto carolíngio – passaram a articular um viés tanto secular quanto religioso. Nesse momento, as virtudes do bom governar estavam apoiadas em uma concepção de governo das almas²⁷, e no seu quadro de autores figuravam membros da hierarquia eclesiástica que propunham uma doutrinação para a função régia. Recomendava-se que esta função deveria se espelhar nos exemplos de boa governança tomados a partir da utilização política da Bíblia. Para Buescu, “*os seus autores, destacados membros da hierarquia eclesiástica, propõem ao soberano os modelos dos reis do Antigo testamento (...) e um quadro de virtudes próprias de um monarca cujo poder vem de Deus e que na lei divina tem os seus limites*”²⁸. Michel Senellart assinala ainda que a passagem do capítulo 17 do livro do Deuterônomo apresentava as características necessárias a um espelho, pois mostrava o que o governante deveria fazer ou evitar²⁹. Assim, no texto bíblico, observava-se um tratado de “ética real”, proposta de instrução que, segundo Jacques Le Goff³⁰, era muito importante. Além disso, ao longo do texto sagrado estava explicitado um elenco de personagens que representavam as virtudes a serem seguidas: o rei Davi, por sua humildade; o rei Salomão, por sua sabedoria; e Jó, que embora não tivesse sido rei, era exemplo de homem dirigente e piedoso.³¹

²⁵ Idem. pp. 49-52

²⁶ LE GOFF, Jacques. *São Luis: Biografia*. Rio de Janeiro: Record. p. 359 e GUÉNEE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1981.

²⁷ SENELART, Michel. Op. cit., p. 24 e 107.

²⁸ BUESCU, Ana Isabel. Op. cit., p. 33.

²⁹ Passagem que versa sobre a eleição e deveres do rei. Cf. Deuterônomo, 17: 14-20. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003. *A Bíblia de Jerusalém*. Tradução de Tiago Giraud. São Paulo: Paulus, 2008.

³⁰ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 359.

³¹ SENELLART, Michel. Op. cit., p. 110.

Apesar do destaque dado aos espelhos carolíngios e a sua função como manual de reflexão diária, somente a partir dos séculos XII e XIII é que a circulação dos espelhos se tornou mais abundante, inclusive com o aparecimento dos primeiros tratados políticos utilizando como título o vocábulo específico. O gênero também passaria a envolver uma multiplicidade temática, dando origem a uma diversidade de tipologias de espelhos, como, por exemplo, os espelhos instrutivos, que reuniam o saber de uma época; os espelhos que reuniam coletâneas de direito canônico; e os espelhos enciclopédicos ou exemplares, que tinham por função apresentar uma lista de virtudes e vícios que deveriam ser seguidos ou reprochados e que serviriam como um guia de princípios tanto espirituais quanto morais³².

No início da Baixa Idade Média surgem obras como *O Policraticus* (1159), de João de Salisbury, um tratado que extrapolou os limites dos Espelhos tradicionais. Para Jacques Le Goff essa obra constituiu-se como um “grande tratado político da Idade Média³³” ideia que também é partilhada por Michel Senellart. Senellart nos aponta que, apesar de seu título significar “Manual dos governantes”, tratava-se mais de “um tratado de pura política”³⁴. Apresentemos brevemente essa obra, seu autor e sua importância para a escrita normativa: João de Salisbury ou Joanne Saresberiensis (1115/1120-1180), inglês de nascimento, bispo e funcionário dos arcebispos de Canterbury - Teobaldo e Tomás Becket - e arcebispo de Chartres, introduz a concepção de que o príncipe não seria mais somente o *condutor* - ideia contida nos espelhos carolíngios-, mas assumiria uma missão também diretiva do reino. Seu *Policraticus* formata-se em oito livros voltados para a vida dos membros da corte, do príncipe e dos magistrados. Os livros IV, V e VI compunham a parte específica de um espelho de príncipe, nos quais o autor aglutinou diversos exemplos de gêneros textuais, como a sátira, a filosofia, a jurisprudência, comentários bíblicos e meditação. A inovação de Salisbury está ao aliar a proposta dos espelhos tradicionais, como a já citada passagem bíblica do Deuteronômio, 17: 14-20, com a divulgação de uma imagem que seria muito bem sucedida posteriormente: a visão organicista da sociedade como um corpo. Nesta metáfora, a cabeça do corpo é o rei; o tronco e membros, os servidores reais, os soldados e os demais governados.³⁵.

A modificação em torno da imagem principesca perpassou outra importante obra da literatura dos espelhos no final do século XIII, o *De Regimi Principum* (1287) de Gil de Roma (1247-1316). Vigário-geral da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Egídio Romano ou

³² Idem. pp. 49-54

³³ LE GOFF, Jacques Op. cit. p. 360.

³⁴ SENELLART, Michel. Op. cit. p. 138.

³⁵ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 361; SENELLART, Michel. Op. cit., pp. 136-141; POZA, Sagrario López. Introducción. In: SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Empresas políticas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999. pp.24-25.

Egídio Colona, como também era conhecido, foi tutor dos filhos do rei francês Felipe, o Ousado, e redigiu o tratado em questão para Felipe, o Belo. Segundo Michel Senellart, este tratado representou igualmente uma modificação na concepção da imagem principesca, tornando-se marcante ainda pelo seu volume e difusão. Para Senellart, este tratado consagra-se por sua proporção e sua ventura editorial:

A obra não é apenas de uma extensão considerável em relação a outros *Specula* – temos (...) 750 páginas sem parágrafos (...) –, como também conheceu, do final do século XIII até o início do XVII (...), um sucesso extraordinário, sem equivalente na história do gênero. Por sua difusão manuscrita, pelas numerosas traduções de que foi objeto e suas múltiplas edições, ela deixou uma marca profunda (...), impôs um modelo (...) que fixa por vários séculos a estrutura, as regras e as convenções a partir das quais vai se desenvolver toda uma literatura destinada aos príncipes³⁶.

Egídio Romano fundamenta o *De Regimini Principum* no corpus doutrinário das obras *A Ética*, *A Economia* e *A Política*, de Aristóteles. Entretanto convém explicar que os princípios contidos nas obras daquele estagirita foram resgatados inicialmente pelas tradições árabe, a exemplo do comentarista Ibn Rushd (1126-1198), conhecido como Averróis, e judaica, sob baliza do médico e filósofo Moses Maimónides (1135-1204). Não obstante esse movimento de apropriação do pensamento de Aristóteles ter se iniciado por aquela tradição oriental, somente seria concluído e incorporado ao universo cristão pelo frei dominicano São Tomás de Aquino (1225-1274) no tratado com título homônimo à citada obra do agostiniano, *De Regimini Principum*³⁷. Produzido entre os anos de 1265 e 1267, esse tratado, inicialmente conhecido com sob o título de *De Regno*, é um espelho de príncipe dedicado ao herdeiro do reino de Chipre, nele o frei dominicano retira comentários da obra de Aristóteles e os adapta a Teologia Cristã³⁸.

O texto de Egídio Romano, que fora discípulo de São Tomás, igualmente configurou-se em três partes, indicando, de acordo com o corpo doutrinal aristotélico, uma sequência racional que se reportava à vida do príncipe. No primeiro livro explicitava-se como este deveria conduzir a si próprio; no segundo, como o monarca deveria governar a sua família; e

³⁶ SENELLART, Michel. Op. cit. p. 194.

³⁷ CANTARINO, Elena. Política e História: Soluciones Casuistas para tiempos de moral equívoca. (Syglos XVI y XVII). In: XIIè Congrès Valencià de Filosofia. Valencia: Arts Gràfiques Soler, S.A, 1998. p. 291.

³⁸ Michel Senellart em sua *As Artes de Governar*, nos expõe a polêmica sobre a história desse tratado, o autor localiza o início de sua elaboração por volta de 1267, salientando o seu caráter inconcluso até fins do século XIII. Contudo, a obra, na qual constavam vinte capítulos que circulavam no período citado anteriormente, aparece aumentada em sessenta e dois (!) no início do século XIV. Segundo Senellart o autor dos demais capítulos foi Ptolemeu de Lucques (1236-1327), discípulo de São Tomás de Aquino, mais tarde feito bispo de Torcello (região próxima à Veneza) e biógrafo deste doutor católico. Cf. SENELLART, Michel. Op. cit., pp. 170-174 e p. 210, nota n.º. 139.

no terceiro livro, como deveria administrar o seu reino³⁹. Segundo introdução que Sagrario López Poza faz na reedição das *Empresas políticas* do diplomata murciano D. Diego Saavedra Fajardo no final da década de 1990, foi a partir do tratado de Romano que os espelhos que se seguiram obedeceram a uma ótica do rei como “*individuo, como miembro de una familia y como regente de una comunidad*”.⁴⁰

Não é errôneo afirmar, portanto, que tanto a obra de Salisbury quanto a de Gil de Roma inovam por apresentar uma reformulação do ofício régio que vai para além da perspectiva de salvação das almas e que, de acordo com o estudo sobre as *Artes de governar* de Michel Senellart, vigorava no medievo. Uma nova perspectiva de governo, aliado não somente a fins morais, mas à conservação do Estado. Essa perspectiva foi potencializada por uma obra ícone que nos é apresentada como exemplo de espelho de príncipe moderno, *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, escrito em torno de 1513, mas somente publicado em 1532.

Tal especificidade da obra de Maquiavel pode ser entendida como uma inversão aos espelhos de príncipe medievais, visto que estes últimos se caracterizavam por apresentar aconselhamentos e exemplos de personagens clássicas ou cristãs que serviam para alicerçar uma prática governativa apoiada na moralidade, enquanto os conselhos e ensinamentos propostos por Maquiavel observariam, principalmente, uma utilidade prática, a partir das necessidades postas pelo exercício do poder. Tal utilidade, na maioria das vezes, se contrapunha às características de uma racionalidade oriunda da tradição moralista clássica, como as virtudes cardeais platônicas, por exemplo, ou, aquelas presentes nos tratados que defendiam a prática de virtudes cristãs e principescas católicas⁴¹.

Esse argumento, a priori, indicava que o pensamento maquiaveliano não poderia ser bem recebido na península ibérica, visto que apregoava uma ruptura entre a prática política e a moral cristã. No entendimento de Adeline Rucquoi e Hugo Bizarri⁴² se o desenvolvimento dos espelhos de príncipe nesta região teve um progresso constante e contínuo (mesmo que em

³⁹ Idem. p. 195. POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. p. 25.

⁴⁰ POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. p. 25. Por outro lado, segundo Ana Isabel Buescu, Romano recupera a ideia de tripartição dos deveres do rei da obra de Sadúlio de Liège. No tratado *De Rectoribus Christianis* (854) surge a primeira disposição dos deveres do príncipe em torno desse esquema tripartido obedecendo a ordem do monarca como individuo, como chefe de família e como governante. Cf. BUESCU, Ana Maria. Op. cit. pp. 32– 33 e 37.

⁴¹ Podemos encontrar uma descrição dessas virtudes no trabalho de Rodrigo Bentes Monteiro. No capítulo “Sobre o rei”, inserido em seu livro *O rei no espelho: A monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, o autor faz uma análise sobre as mesmas. Igualmente encontramos informações sobre tais virtudes no artigo de Marcelo Gantus Jasmim. “Política e Historiografia no Renascimento Italiano: O caso de Maquiavel”. In: CAVALCANTE, Berenice; KAMITA, João Masao e JASMIN, Marcelo. *Modernas tradições: Percursos da cultura ocidental – séculos XV-XVII*. Rio de Janeiro: Access, 2002, pp. 182-183.

⁴² RUCQUOI, Adeline; BIZARRI, Hugo O. Los Espejos de príncipes en Castilla: Entre Oriente y Occidente. *Cuadernos de História de España*. V. 79, nº 1. Buenos Aires, 2005. pp. 7-30. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-11952005000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso 04 Jan 2010.

proporção menor relacionado a França), desde seus primeiros exemplares – influenciados por textos conciliares e códigos jurídicos⁴³ - poderiam ser encontrados o argumento de defesa da fé católica⁴⁴. Para esses autores, apesar da influência oriental transmitida em língua árabe e consolidada com a incorporação de reinos reconquistados na parte sul da região em meados do século XI e XII e presentes até o século XIII, a tradição que vai se impor nos espelhos ibéricos é a religioso-bíblica, baseada na teoria político-teológica desenvolvida por São Tomás de Aquino e Egídio Romano⁴⁵. Estes, como vimos, promoveram uma síntese entre o pensamento aristotélico e o pensamento cristão. Dessa forma, é usual que os preceitos de matriz cristã estivessem em conformidade com o universo mental da Península Ibérica desde o alvorecer da produção especular. Contudo, voltamos a salientar que a consolidação de tais preceitos se daria efetivamente a partir da difusão do *De Regimini Principum* de Egídio Romano, sendo importante ainda comentar que tal propagação só se mostrou possível através da tradução castelhana desta mesma obra feita pelo frei Juan García de Castrojeriz no século XIV⁴⁶.

Refletindo ainda sobre essa questão, o historiador português Pedro Cardim observa que na produção da literatura especular ibérica a religião católica constituía-se como elemento indispensável para a reflexão política e, nos espelhos de príncipe, o aspecto religioso e político se tangenciavam e mesmo interpenetravam-se⁴⁷. Já para Luiz Reis Torgal e Rafaella L. Ralha⁴⁸ as idéias sobre *Razão de Estado* que mais tiveram influência na formulação de ensinamentos para a realeza ibérica, a partir do século XVI, foram as baseadas em Giovanni,

⁴³ Um exemplo é o texto legal visigótico *Liber Iudicum* (654) que trazia em seu corpo uma exortação relativa ao governo, virtudes e serviços do bom rei no qual o principal seria a defesa da moralidade cristã: “(...) *su primer deber es la defensa de la fe católica contra la perfidia de los judíos y las injurias de los herejes*”. Cf. RUCQUOI, Adeline; BIZARRI, Hugo O. Op. cit. p. 7.

⁴⁴ Idem. p. 7.

⁴⁵ Idem. p. 13.

⁴⁶ Da mesma forma que Felipe, o Ousado, na Corte francesa do século XIII, incumbiu Egídio Romano de escrever um regimento para a educação de seu filho, Felipe, o Belo, D. Afonso XI, na Corte castelhana do século XVI, encarrega frei Juan García de Castrojeriz de organizar ponderações acerca da educação para seu filho, o infante Pedro. Essas ponderações não chegaram a constituir-se como um novo tratado, mas são incluídas em forma de Glosa da tradução do *De Regimini Principum*. De acordo com o prólogo da versão castelhana produzida em 1345 (impressa em Sevilha em 1494), frey Johan García de Castro Xeres, divide seu trabalho em duas partes distintas: a tradução literal de Romano, e a outra, com glosas e comentários do próprio Castrojeriz. A partir do exposto podemos localizar a influência do tratado de Egídio Romano na literatura especular ibérica. Cf. BUESCU, Ana Isabel. Op. cit. p. 50, nota n.º. 158 e p. 74. Ver também: RUCQUOI, Adeline; BIZARRI, Hugo O. Op. cit. p. 15.

⁴⁷ CARDIM, Pedro. Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 22, 2001. pp. 136-146.

⁴⁸ TORGAL, Luiz Reis; RALHA, Raffaella Longobardi de. *João Botero: Da Razão de Estado*. Coimbra, I.N.I.C - Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1992.

ou João, Botero⁴⁹. Botero (1533-1617) foi um jesuíta nascido na região norte da Itália, que, estudando com os inicianos de Palermo e ordenando-se nessa ordem, ensinou em diversos colégios da Companhia⁵⁰. Em sua obra *Da Razão de Estado*, de autoria datada de 1589, antevêm-se a tentativa de “conciliar a moral cristã com uma prática pertinente à conquista ou manutenção do poder”⁵¹.

A importância da utilização do manual do jesuíta pelos monarcas ibéricos, e por seus funcionários políticos a partir do século XVI, é entendida justamente por essa articulação entre ideologia política e uma Teoria do Estado integrada à política católica em um ambiente mental que repudiava nitidamente as teses maquiavelianas ou protestantes. Contudo, segundo a introdução que fazem da edição mais recente de *Da Razão de Estado*⁵², Reis Torgal e Rafaella Ralha referem-se a um certo grau de “apropriação” e “releitura” que o clérigo teria realizado da obra de Maquiavel. Para eles:

(...) Botero recorria a vários argumentos de Maquiavel, por vezes respaldando de forma disfarçada as idéias do autor florentino, ou fornecendo sua própria visão a fim de demarcar melhor as diferenças.⁵³

No que concerne a este certo grau de apropriação, ou adequações, das doutrinas maquiavelianas, apesar de não ser nosso propósito enveredarmos no momento na polêmica da questão, encaminharemos alguns esclarecimentos preliminares acerca dos combates e possíveis similitudes entre o pensamento dos escritores políticos do seiscentos ibérico com a tradição pragmática herdeira de Maquiavel. Tomaremos por base inicialmente a reflexão do historiador Quentin Skinner que nos aponta que a rejeição dos autores ibéricos pelas teses deste autor e de seus “discípulos”, esteve associada ao pensamento contrarreformado que relacionava o político florentino com o nome de Martinho Lutero, tido como um herege a ser combatido pelo movimento contrarreformista⁵⁴. Não obstante, se por um lado a corrente política católica condenava o pragmatismo maquiaveliano, por outro seus pressupostos eram

⁴⁹ Ver MONTEIRO. Op. cit., p. 180.

⁵⁰ Ainda entre as principais ações de Giovanni Botero está a investigação sobre o real estado do catolicismo na Europa no período entre 1586 a 1600.

⁵¹ MONTEIRO. Op. cit., p. 180.

⁵² A edição citada é a versão portuguesa coordenada, prefaciada e introduzida por Luiz Reis Torgal, com tradução de Raffaella Longobardi Ralha. TORGAL; RALHA. Op. cit., pp. 13-41.

⁵³ MONTEIRO. Op. cit., p. 182.

⁵⁴ Segundo Quentin Skinner, tal relação dava-se pelo fato de que ambos, Maquiavel e Lutero, rejeitavam a ideia de uma lei natural, que era considerada pelos contrarreformistas como base moral adequada para a vida política. Cf. SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 421.

usados, como vimos, de certa forma na literatura preceptiva ibérica, a exemplo do tratado de Giovanni Botero.

Essas tensões desaguam entre os escritores políticos do século XVII, pois conforme apontado pelo historiador José Antonio Maravall, estes se preocupavam com o caráter prático a ser dado às suas obras e as tópicas de educação política contida na literatura tratadística deste período deveriam estar voltada para uma ação útil⁵⁵. Mas como adotar esse pragmatismo no pensamento católico se o mesmo poderia vir imiscuído de um viés amoral? Para Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, a condenação do chamado pragmatismo amoral proveniente das formulações maquiavelianas originou uma política pragmática atenta aos condicionalismos do momento⁵⁶. Essa forma de ver e atuar politicamente partiu do *tacitismo*, concepção que foi engendrada, sobretudo, com a divulgação das obras do humanista belga Justo Lipsio⁵⁷ (1547-1606) em Portugal e Espanha, especialmente do *Politicorum sive civilis doctrina libri sex, qui ad principatum máxime spectant*, publicado pela primeira vez em 1589. Lipsio foi o responsável pela propagação dos textos do historiador romano Cornélio Tácito, que, redescobertos no contexto da Renascença, contribuíram para a formulação de uma Razão de Estado caracterizada por certo distanciamento das concepções maquiavelianas de política.

Assim, os tacitistas, para além beberem neste autor pagão, coadunavam seus preceitos com as fontes cristãs, adotando dessa forma um *calculismo político moderado* que combinava realidade política concreta e respeito à natureza sobrenatural do poder na sociedade ibérica⁵⁸. Dessa forma podemos identificar o pragmatismo da obra de Giovanni Botero, publicada em 1589, como herdeira dessa concepção tacitista. Para concluir essa discussão inicial e continuarmos na apresentação das formas de escrito normativo, fechemos com as considerações de Jorge Novella Suarez, que aponta que os tacitistas introduziram uma

⁵⁵ MARAVALL, José Antônio. *Teoria del Estado en España...* Op. cit., p. 32.

⁵⁶ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel. (Coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 122-123.

⁵⁷ Justo Lipsio nasceu em Ísque, perto de Bruxelas, estudou com os jesuítas na cidade de Colônia. Transitou ao longo de sua vida entre o credo católico e protestante, lecionando em universidades de ambos os segmentos. Passou algum tempo em Roma, onde trabalhou na edição de autores latinos, dentre eles Tácito, do qual teve a contribuição das notas de M. A Mureto. A vida do humanista foi marcada pelo contexto de crise nos Países Baixos travados em torno dos conflitos da rebelião dessa região contra o domínio espanhol e ao mesmo tempo a uma guerra civil provocada por dissensões religiosas. Depois de vários incidentes terminou sua vida como professor da universidade de Louvain, reconciliando-se com catolicismo. Lipsio produziu vasta obra, com destaque principal para *De Constantia Libri Duo* (1584) e *Politicorum sive Civilis Doctrinae Libri Sex* (1589), que tiveram significativa circulação na Espanha. Cf. ECHEVERRÍA, Javier Pena; LÓPEZ, Modesto Santos. Estudio Preliminar y Notas. In: LIPSIO, Justo. *Políticas*. Madri: Tecnos, 1997. Apud: WILLIANS, Rachel Saint. Op. cit., pp. 98-99; TORGAL, Luis Reis. Op. cit. Nota à pag. 174.

⁵⁸ XAVIER, XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Op. cit., pp. 122-123.

terceira via de análise política que não obedecia nem ao maquiavelismo e contrarreformismo, mas sim que manifestava a racionalização do saber político a partir do empirismo⁵⁹.

Da análise dos tratados especulares passemos a outra forma de escrito normativo, os *Manuais de civilidade*. Inseridos no conjunto da literatura que reuniam um grupo de regras prescritas para limitar ou até mesmo negar a vida privada, esses manuais foram criados em atendimento a uma demanda de construção da civilidade. De acordo com Norbert Elias, tal intenção deu-se a partir do desejo de demarcação, em termos do comportamento e da sensibilidade, do espaço entre a nobreza e a burguesia em ascensão perante a simplicidade e hábitos rudes das populações pobres e rurais⁶⁰. Essa espécie de codificação e controle dos comportamentos levaram, a partir do século XVI, à instituição de normas de civilidade, que passaram a determinar e generalizar o que seria apontado e aceito como padronização social no sistema dos comportamentos sociáveis. Essa difusão e normatização dos comportamentos nas sociedades não aconteceram na forma de uma transformação linear e evolutiva, mas em ritmos e cronologias muito variáveis; entretanto, poderemos encontrar um ponto convergente: foram realizadas através da publicação de vários manuais, que conteriam as regras de conduta a serem praticadas, de acordo com o público ao qual se destinavam. Jacques Revel elucida que esses manuais enquanto forma literária, desde seu surgimento, no século XVI, até meados do século XIX, teorizaram diversas formas educativas, ao desenvolverem uma finalidade pedagógica de expor e ensinar as maneiras consideradas legítimas de acordo com a sociedade, público e formas de aprendizados envolvidos⁶¹.

Esses manuais também sofreram influência da literatura clássica, dos tratados monásticos, dos espelhos de príncipe e dos tratados de cortesia que se propuseram a regulamentar comportamentos. Inicialmente voltados à instrução de valores e normas sociais destinados a uma elite áulica, a exemplo de *O cortesão*, de Baltazar Castiglione⁶², os manuais

⁵⁹ SUAREZ, Jorge Novella. “Francisco Ayala y Henrique Tierno Galván, lectores de Saavedra.” *Res Publica: Revista de Filosofía Política da Universidade Murcia*. Nº 19, 2008. p. 443

⁶⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

⁶¹ Ver REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George. *História da vida Privada: Da Renascença ao século das luzes*. Vol. 3, série Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das letras, 2009. pp. 169-210.

⁶² O Cortesão publicado em 1528, em Veneza, mas traduzido para todas as línguas européias, indicava a gramática fundamental para a sociedade cortesã, colocando que a civilidade aristocrática não poderia passar por uma avaliação ou sanção comum a todos, mas somente poderia ser partilhada e confinada ao reconhecimento de um grupo fechado de cortesãos. Estes seriam os proprietários das práticas de comportamento tidas como verdadeiras. Nesse meio não se enfatizaria tanto o mérito da prática de controle social, mas sim a capacidade de agradar a partir da superioridade de determinadas habilidades, como conversação, manejo de armas e comportamentos cotidianos. A ideia de civilidade presente neste tratado não seria estendida a todos, não tinha pretensões de ser ensinada, aprendida, mostrada ou praticada fora desse círculo fechado. Cf. REVEL, Jacques. Op. cit. pp. 194-195.

de civilidade tiveram sua proposta de alcance estendida para todos os segmentos sociais a partir da publicação do opúsculo *De Civilitate Morum Puerilium* ou, em vernáculo, *A Civilidade pueril*, de autoria de Erasmo de Roterdã, publicado em Basiléia, Suíça, no ano de 1530⁶³.

No contexto ibérico as obras referentes a esta literatura preceptiva aglutinam igualmente os manuais voltados à aristocracia e também os livros de caráter mais geral. No século XVI temos o aparecimento de obras como *Breve doutrina e ensinança de príncipes* (1525), do capelão de D. Manuel, Frei Antonio Beja; *Relox de príncipes* (1529), de Antonio Guevara; *Libro primero dl espejo del príncipe Christiano* (1544), de Francisco de Monçon; *Da criação dos príncipes* (1545), de António Pinheiro e *Da instituição real e suas disciplinas*, de autoria de Jerônimo Osório, para citar somente aqueles mais conhecidos e voltados para a nobreza⁶⁴. Relativos ao século XVII⁶⁵ podemos mencionar ainda o *Opúsculo da infância e puerícia dos príncipes e senhores* (1644), de Francysco da Silva e *El Príncipe en la idea* (1656), de Diego Henrique Villegas. Quanto aos trabalhos de caráter mais geral, podemos mencionar *Cantigas para mínimos na Santa Doutrina* (1618), de Cristovam Valente; *Tratado da boa criação e polícia cristã* (1633), de Pedro Santa Maria e a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), do padre jesuíta Alexandre de Gusmão.

Com o gênero *emblemático* encerramos a apresentação sobre das obras de caráter preceptivo. A literatura emblemática surgiu na terceira década do século XVI sob tutela do humanista italiano Andrea Alciato (1492-1550). De acordo com a estudiosa da literatura espanhola Sagrario López Poza⁶⁶, seu nascimento ocorreu de forma casual, a partir da elaboração de 99 epigramas latinos por este jurista italiano. Para cada um destes epigramas, Alciato compôs um título e sistematizou a obra que circulou por algum tempo de forma manuscrita. Seu amigo Conrad Peuntiger foi quem a repassou ao impressor Heinrich Steyne, que considerou comercialmente apropriado acrescentar uma imagem a cada epigrama. A primeira publicação da obra concretiza-se em 1531, com o título de *Emblematum Líber* e faz com que este estilo literário se espalhe pela Europa até finais do século XVII.

⁶³ REVEL, Jacques. Op. cit. p. 177-185.

⁶⁴ Em trabalho já citado Ana Isabel Buescu faz um levantamento dos tratados e espelhos de príncipe do período quinhentista. Cf. Buescu, Ana Isabel. Op. cit. 28-82.

⁶⁵ João Adolfo Hansen discorre sobre um rol de obras publicadas não somente no século XVI, mas também no século XVII em artigo denominado “Educando príncipes no espelho”. Cf. FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés (org). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 61-97.

⁶⁶ POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. pp. 31-32.

A fortuna editorial da obra de Alciato é percebida pelo profuso número de suas edições: segundo Sarrasio Poza, foram mais de 175⁶⁷. O sucesso do *Emblematum Líber* pode ser explicado de acordo com a demanda européia, que naquele momento destacava a necessidade de uma linguagem universal, que teria por base um conjunto de imagens, a exemplo do que fora os hieróglifos egípcios, adicionados a textos que explicariam seu significado⁶⁸. Segundo a referência de Francisco Maldonado de Guevara, a literatura emblemática caracterizava-se pela sistematização de obras que recorriam a uma construção binária, que continha em seu corpo uma parte semântica e outra gráfica⁶⁹, estas eram representadas pelos *livros de emblemas* ou pelas *empresas*. Henri Stegemeier, citado por Roy Tanner⁷⁰, por outro lado, nos oferece uma explicação mais clara: para ele, um verdadeiro emblema era portador de uma estrutura tripartida, organizada por uma gravura inicial - que continha um aspecto principal ilustrado -, vindo em seguida uma breve inscrição - que, normalmente, estava impressa logo acima do desenho, servindo como um lema descritivo tirado de fontes bíblicas ou proverbial, chamada mote. Por último, viria um subscrito ou texto explicativo sob a gravura, configurado como um epigrama, ou outros versos com rimas ou com um texto em prosa, que era geralmente seguido de longos comentários⁷¹. Essas três partes estavam interrelacionadas, podendo ser compreendidas como partícipes daquela construção binária que era formada por “corpo e alma”, em que este primeiro seria a gravura e a aquela segunda o texto, que juntos produziriam significado.

Na imagem relativa à segunda empresa da *Idea de un príncipe político Christiano representado em cien empresas*⁷² do político da Corte de Felipe IV, Diego Saavedra Fajardo, podemos visualizar os elementos constituintes da classificação realizada por Stegemeier⁷³. Na gravura inicial, temos a representação de uma vasta paisagem, que emerge de nuvens; situada à esquerda está uma mão que sustenta uma paleta de cores e pincéis em frente a uma tela em branco posicionada sobre um cavalete. O mote da empresa traz a expressão latina *AD Omnia*, traduzida e explicada pelo autor da obra como “Y puede el arte pintar como en tabla rasa sus

⁶⁷ Idem. p. 31.

⁶⁸ Idem. pp. 31-32.

⁶⁹ MALDONADO DE GUEVARA, Francisco. Emblemática y política: La obra de Saavedra Fajardo. *Revista de Estudios Políticos*, v. 43. pp. 15-80, 1949.

⁷⁰ TANNER, Roy L. La influencia de la emblemática em El “Cisne de Apolo”. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 328, Madrid, 1977. APUD: REIS, Jaime Estevão dos. *Pensamento Político e Modelo de príncipe nas Empresas Políticas de Saavedra Fajardo*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Ciências e letras. ASSIS: UNESP, 2000.

⁷¹ Idem. p. 60.

⁷² SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en cien Empresas. Dedicada al príncipe de las Espanas nuestro Señor*. Monaco: Imprenta de Nicolao Henrico, 1640.

⁷³ A imagem encontra-se no anexo caderno de imagens na página 81.

imágenes”. O texto explicativo, ou epigrama, localizado abaixo da imagem e que segue pelas seis páginas seguintes, aliado aos demais elementos já citados, se referem à metáfora da *tabula rasa*, que pode ser percebida tanto pelos objetos expostos como pelo texto que desenvolve a ideia da necessidade de uma educação desde a mais tenra idade.

Existem dois impasses que tangenciaram a sistematização dessa forma literária: o primeiro faz alusão às diversas modalidades aplicadas a ela e o segundo sobre a denominação que deveria ser dada as obras que o compunha - *emblemas ou empresas*? Sagrario López Poza aponta, na introdução das *Empresas Políticas*, que as diferentes modalidades da emblemática variavam em função de seu destinatário e da ocasião⁷⁴. Segundo esta autora a literatura emblemática classificava-se em hieróglifos, em divisas e brasões, e, por fim em *Empresas*, que, como já foi mencionado, confundia-se com o conceito de *Emblema*. Na introdução da edição do final da década de 1990 das *Empresas Políticas*, a estudiosa aponta a especificidade de cada um:

Los jeroglíficos solían destinar-se a la fiesta pública religiosa, especialmente las exequias de un príncipe, canonización de un santo... Sobre los catafalcos o carros, se colocaban lienzos o cartelones con la *pictura* correspondiente a un programa iconográfico trazado y unos versos de arte menor, casi siempre tercillos. El mote en los jeroglíficos suele proceder de la Biblia.

Las *divisas*, como el blasón, tienen su larga tradición en la heráldica, con que la emblemática tienen puntos comunes. El emisor que utiliza estos códigos no pretende transmitir una moralidad de carácter general, sino un ideal de vida unido a su persona y título. Estas formas no precisam de epigrama.

La *empresa* es la modalidad más cercana al emblema, y precisamente por ello, los teóricos y preceptistas se ocuparon de establecer sus diferencias (...) el emblema es más popular que la empresa (...). Su concepto alude a un aviso o consejo a la colectividad, mientras que la empresa es particular (de un individuo)⁷⁵.

A denominação *emblemas* ou *empresas* também é motivo de reflexão para José Antonio Maravall, que considera importante elucidar e diferenciar a alusão às duas designações. Para o historiador espanhol a confusão conceitual foi estabelecida no próprio Antigo Regime, quando *Emblema* também era denominado *Empresa*, como podemos verificar na definição do *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, de Sebastian de Covarrubias⁷⁶. Para o dicionarista,

⁷⁴ POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 34.

⁷⁵ Idem. p. 34.

⁷⁶ COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611. Edição digitalizada disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/16/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/>.

se llama **emblemas** los versos que se subscriben a alguna pintura o talla, con que sinificamos algún conceto bélico, moral, amoroso, o en outra manera, aydando a declarar el intento del emblema y de su autor. Este nombre se suele confundir con el de símbolo, hieroglífico, pegma, **empresa**, insignia, enigma, etc⁷⁷

Tanto Maravall quanto Sagrario Poza apresentam as importantes distinções entre empresas e emblemas que foram adotadas por alguns dos autores desse gênero naquele período. Ambos defendem que as empresas corresponderiam a uma forma literária muito mais enigmática do que os emblemas⁷⁸. Tais ponderações levam em conta a configuração dos elementos constitutivos das formas emblemáticas. Enquanto as empresas conteriam em seu interior elementos iconográficos que não seriam tão óbvios e que, ao se ligarem a uma mensagem escrita, compreenderiam uma função de exercício de destreza da mente, os emblemas enveredariam mais para um julgamento que prescindiria o esforço mental.

Por este motivo, Sagrario Poza afirma serem os emblemas mais populares que as empresas, já que, por conta da dispensa do esforço e vigor intelectual, destinavam-se a um público mais geral e não tão culto. Os emblemas também tinham mais liberdade na seleção dos motes, visto que os autores poderiam eles mesmos criá-los, enquanto por seu lado as empresas tinham que conter motes que normalmente deveriam ser tomados dos textos da tradição clássica ou bíblica⁷⁹.

Os dados aferidos acima são percebidos no aspecto físico destas obras. Como já foi apontado, as empresas continham representações iconográficas não claras. Nelas, por exemplo, não eram recomendadas o aparecimento de imagens humanas, e ,caso alguma parte do corpo humano tivesse que ser representada, somente poderia ser realizada através de um jogo de imagem que a apresentasse como emersa de uma nuvem, deixando entender, dessa forma, que o restante do corpo humano estaria encoberto por aquela⁸⁰. Tal forma de representação do corpo humano já foi explicada na apresentação da imagem da segunda das *Cien Empresas* de Diego Saavedra Fajardo. Agora vejamos em comparação com uma edição francesa da obra *Emblematum Liber* do já citado jurista italiano Andrea Alciato.

Na imagem do décimo primeiro emblema desta edição da obra verifica-se mais concretamente a diferenciação mencionada tanto pelos autores clássicos da literatura

⁷⁷ COVARRUBIAS, Sebastián de. Op. cit., fol. 231v. **Grifos meus**

⁷⁸ MARAVALL, José Antonio. *Teoria de Estado em Espanha em El siglo XVII*. Op. cit. pp. 51-52. POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 34.

⁷⁹ POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 34.

⁸⁰ Idem. p. 51.

emblemática quanto pelos pesquisadores que a estudam⁸¹. Nela visualizamos um homem vestido com uma túnica comprida e portando um chapéu, ele representa Harpócrates, uma referência helenizada do deus egípcio do silêncio. Sentado em uma mesa de estudo dentro de uma sala que parece ser uma biblioteca (levando em consideração a imagem da prateleira com livros) ele leva o dedo aos lábios, fazendo o gesto de silêncio, como forma de orientar que melhor seria ao tolo manter a boca fechada, pois este, quando em silêncio, em nada se diferenciaria de um sábio.

Tal como na representação da empresa, temos um mote (*Silentium*), a imagem principal e o epigrama (*Le fol ne differe du sage/ S'il ne dit mot: car son langage/ Quel il est, nous tesmoigne assez./ Partant qu'il se ferme la bouche,/ Et que de son doigt il la touche,/ Comme l'ancien Harpocrates*)⁸²; contudo, as partes do corpo humano não são omitidas ou escondidas ou ocultadas. José Maravall nos aponta que a diferença na formatação entre empresas e emblemas se dá por conta da existência de uma regra que regiria todo o tipo de empresas e que teria origem em uma tradição proveniente da herança das leis heráldicas cavaleirescas medievais. Segundo o historiador espanhol, de acordo com a proposta difundida pelo imaginário contido nos tratados de cavalaria do século XV, o homem não podia ser tomado como motivo para decorar os objetos e utensílios do cavaleiro, já que este, enquanto animal racional, fora feito para usar esses materiais e não para ser usado⁸³. Dessa forma, o uso de imagens completas da figura humana não era permitido nas empresas.

A alusão à influência da heráldica medieval é uma percepção comum aos historiadores. Não obstante essa origem, deve-se destacar que estes estudiosos remetem a literatura emblemática a um período bem anterior, do qual fazem parte as representações da antiguidade oriental que tem como exemplo as exposições simbólicas sumérias, acádias e hieroglíficas dos egípcios. Essas formas de expressão passaram a ser conhecidas a partir dos estudos arqueológicos desenvolvidos no século XVI⁸⁴. Segundo José Antonio Maravall as

⁸¹ Relativa a imagem dois, presente no anexo caderno de imagens à página 82.

⁸² Na versão castelhana impressa por Guillermo Rovilio em Lion, em 1549, o mote tem como título *D'el silencio*, já o epigrama traz o seguinte poema “*El necio no difiere si está callando\de aquel en quien está toda cordura\la lengua y voz descubren em hablando\como señal del pecho) su locura.\Luego encubrirse su boca cerrando\al necio cosa es cierta y muy segura\tomando la figura de aquel sabio\que a callar muestra con el dedo al lábio*”. Informações retiradas da edição digitalizada e disponibilizada pelo site do *Proyecto de investigación sobre literatura emblemática hispánica*, da Biblioteca da Universidade de Coruña. <<http://rosalia.dc.fi.udc.es/EmblematicaHispanica/Search.do>>.

⁸³ MARAVALL, José Antonio. La Literatura de Emblemas como técnica de acción socio-cultural en el Barroco. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984. pp. 197-222.

⁸⁴ Idem. p. 203.

representações antropomórficas presentes naquelas expressões artísticas pareciam ilustrar fábulas com fim moralizantes⁸⁵.

Como característica essencial e um dos propósitos principais da literatura emblemática, está a opção por “*uma acción directiva sobre el ánimo valiendose de medios sensibles*”⁸⁶. De acordo com os autores “emblemáticos” do século XVII, os emblemas/ empresas convenceriam e moveriam mais que qualquer outra forma de literatura política. Os autores desse período incorporaram o elemento plástico ao conteúdo didático, para que assim fosse forçada a assimilação deste último⁸⁷. Por outro lado, como a literatura emblemática almejava “impressionar” a vontade, podemos somar aos seus aspectos característicos o recurso ao exemplo como método doutrinante⁸⁸. Para o historiador Felipe Charbel Teixeira esse recurso pode ser compreendido como uma herança oriunda desde a antiguidade, pois os autores deste período, ao reunir esses exemplos dentro da categoria do conhecimento histórico, os configuravam em torno de uma tópica de utilidade.⁸⁹ Essa concepção, podemos assim dizer, foi apropriada pelos autores da literatura de emblemas.

Dessa forma, a literatura emblemática se baseia nos *exemplas* de casos concretos, tal como os empregados no já referido gênero dos *Specula Principum*, seguindo, assim, uma crença característica tradicional aos exemplares de livros políticos-morais de período anteriores⁹⁰. Esses exemplos concretos serviriam como um método para auxiliar a fundamentação e defesa de uma determinada doutrina. Para Maravall, de uma seleção de fatos históricos concretos escolheriam-se como exemplo uma série de figuras reais e destas se recolheriam uma sentença ou máxima moral e política que contribuiria para que a literatura emblemática se transformasse em ação⁹¹. Assim, o exemplo tinha um valor de comprovação empírica. Contudo eram empregados não somente os exemplos de fatos acontecidos realmente, mas também os fatos “imaginados”, estes últimos se configuravam em forma de apólogos, fábulas e parábolas e os escritores emblemáticos, para além dos fatos históricos, tinham especial predição por esse modelo, especialmente pela literatura das fábulas⁹².

Outra das características significativas da literatura emblemática era a grande diversidade de temas, objetivos e orientações desenvolvidos por seus autores. Logo, era

⁸⁵ Ibidem. p. 203.

⁸⁶ MARAVALL, José Antonio. *Teoria de Estado en España en el siglo XVII*. Op. cit. p. 53.

⁸⁷ MARAVALL, José Antonio Maravall. *Estudios de historia del Pensamiento Español*. Op. cit. p. 214.

⁸⁸ Idem. pp. 205-211.

⁸⁹ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: Retórica, prudência e História em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. pp. 159-176.

⁹⁰ MARAVALL, José Antonio Maravall. *Estudios de historia del Pensamiento Español*. Op. cit., p. 206

⁹¹ Idem. p. 206

⁹² Ibidem. pp. 206-207.

construída uma classificação ampla e variada. Maldonado de Guevara, por exemplo, divide a emblemática de acordo com caracteres humanísticos e barrocos⁹³ presentes no interior das obras. Para esse autor a literatura emblemática, principalmente no cenário ibérico, constituiu-se a partir de fases: a primeira, teria se caracterizado por obras de autores que apenas comentavam Andrea Alciati; a segunda fase, caracterizava-se por uma etapa moralizante; e a terceira fase, por uma etapa política⁹⁴. Por outro lado, Jaime Estevão dos Reis, com base nas reflexões de Stegemeier, defende que caberia uma classificação ainda mais elástica aos emblemas, de acordo com o significado pretendido. Os emblemas poderiam ser categorizados em “*estético, amoroso, decorativo, doutrinal, emocional, erótico, ético, geográfico, heróico, histórico, militar, moral, natural, panegírico, político, religioso, satírico, científico, social*”⁹⁵.

Acerca dos autores do gênero emblemático do século XVII é consenso historiográfico a afirmação de que eram todos homens ligados aos problemas da vida social e política. Maldonado de Guevara destaca que a emblemática “*es una ciência de togados (...) todos los que la cultivan son ante todo, juristas, y junto a ellos, (...) los diplomáticos, los historiadores y los tratadistas de la política*”⁹⁶, José Antonio Maravall, por sua vez, esclarece o lugar social desses homens:

En primer lugar, funcionarios en amplio sentido, servidores de la organización estatal que exponen su experiencia, secretarios abogados, regidores, auditores, militares, embajadores, expertos en los problemas de la vida social, que escriben de la política porque están en relación con ella y la conocen prácticamente. Y en segundo lugar son religiosos (...), no que profesan cátedra, sino predicadores, consejeros, confesores (...) dedicados al mundo, a luchar en él, y que, por tanto, no les son extrañas sus dificultades⁹⁷.

Um dos autores práticos que se destacaram nesse gênero literário foi o já citado diplomata da corte de Felipe IV, D. Diego Saavedra Fajardo. Sua principal obra, *Idea de un príncipe político Christiano representada en cien empresas*, segue um plano rigorosamente educativo e político ao propor uma série de aconselhamentos à D. Baltasar Carlos⁹⁸, filho de Felipe IV. As *Cien Empresas* de Saavedra Fajardo percorrem os dois extremos da educação

⁹³ MALDONADO DE GUEVARA, Francisco. Op. cit., p. 36.

⁹⁴ Idem. p. 53.

⁹⁵ TANNER, Roy L. APUD: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., p. 64.

⁹⁶ MALDONADO DE GUEVARA. Op. cit., p. 15.

⁹⁷ MARAVALL, Jose Antonio. *Teoria de Estado en España en el siglo XVII*. Op. cit., p. 30.

⁹⁸ Filho de Felipe IV e Isabel de Bourbon, D. Baltasar Carlos nasceu em 1629. Seu nascimento despertou grandes expectativas na monarquia ibérica unificada, pois findava sucessivas tentativas mal logradas de concepção de um herdeiro. Contudo tais esperanças não puderam ser alcançadas, pois o infante morrera em 1646, aos dezesseis anos. No momento da dedicatória de Saavedra Fajardo, o príncipe contava com a idade onze anos.

áulica, desde a educação pueril do príncipe até a prática política na maturidade⁹⁹. Para isso, esse político utiliza-se dos exemplos da tradição profana e cristã, complementados pelo recurso à imagética. Logo, sua obra caracteriza-se como modelo tanto da literatura emblemática quanto do gênero *Specula principum*. No próximo capítulo estaremos analisando este autor e sua referida obra.

⁹⁹ MARAVALL, Jose Antonio. *Teoria de Estado en España en el siglo XVII*. Op. cit., p. 56.

CAPITULO II – D. DIEGO SAAVEDRA FAJARDO E AS SUAS EMPRESAS POLÍTICA.

Saavedra Fajardo fue un hombre avenido (...) com la realidad nacional; un temperamento construtivo; un funcionario del Estado. Su vida entera está dominada por un sentido de eficacia, de servicio, de jerarquía, de ascenso.
(Francisco Ayala – El pensamiento vivo de Saavedra Fajardo.)

Segundo Buenaventura Delgado, D. Diego Saavedra Fajardo figura como um dos autores mais destacados da literatura tratadista especular¹⁰⁰, sua já citada *Idea de un príncipe político Christiano Representada en cien empresas* segue os preceitos de uma metodologia que utiliza a persuasão como forma de direcionar a conduta do príncipe para o exercício reto e equilibrado do poder e do governo sobre os súditos. O diplomata da corte de Felipe IV deixou de lado uma abordagem mais teórica apresentando encaminhamentos para resolução de problemas práticos da gestão áulica. Essa preocupação de teor mais pragmático do nosso tratadista é fruto de sua experiência enquanto homem da “política” ibérica da segunda metade do seiscentos. Para Francisco Ayala, “su producción literaria surgió al margen de su actividad de agente diplomático”¹⁰¹, e, em suas obras, principalmente nas *Empresas*, “se basó no sólo en las fuentes librescas más adecuadas, sino en su propia experiencia de negociador, que le otorgaba una autoridad especial a la hora de emitir sus juicios políticos y filosóficos”¹⁰². Essas afirmações nos demonstram que a produção de Saavedra Fajardo além de se constituir como instrumento didático é uma forma de o autor expor suas tópicas ligadas à política e, através de seu amplo conhecimento sobre o contexto europeu, opinar sobre os eventos daquela sociedade¹⁰³.

O próprio Diego Saavedra Fajardo no prólogo das *Cien Empresas* menciona o ambiente agitado no qual escreveu seu texto:

¹⁰⁰ Ver: DELGADO, Buenaventura. *História de La educacion em España y América. Tomo II: La educacion em la España Moderna (Syglos XVI – XVIII)*. Madrid: Ediciones Morata S.L, 1993. pp. 477-482.

¹⁰¹ AYALA, Francisco. Op. cit. p. 26.

¹⁰² REVENGA, Francisco Javier Díez de. Tradición áurea y actualización política: El pensamiento de Saavedra Fajardo según Francisco Ayala. *Res Publica: Revista de Filosofía política da Universidade de Murcia*. Nº 19, 2008. p. 422.

¹⁰³ POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 37-38.

En la trabajosa ociosidad de mis contínuos viajes por Alemania, i por otras Provincias pense en esas cien Empresas, que forman la Idea de un Principe Christiano Politico, **escribiendo en las posadas lo que avia discurrido entre mi por el camino**, quando la correspondência ordinaria com el Rei nuestro Señor, i com sus Ministros, i los demas negócios públicos, que estàvan à mi cargo, davan algun espacio de tiempo¹⁰⁴.

Na continuação desta passagem percebemos o uso que o tratadista faz do preceito da *captatio benevolentiae*. A expressão citada compreende uma prática discursiva latina que intencionava conquistar a benevolência e atenção do leitor usando para isso as representações retóricas da *modéstia afetada*. Segundo o estudioso do discurso Alcir Pécora, na modéstia afetada o autor subordinava-se hierarquicamente em relação a sua matéria, reconhecendo a sua pequenez (ou a de sua obra) diante da dimensão grandiosa do tema a ser tratado¹⁰⁵, dessa forma prepararia o terreno para a persuasão do leitor. Vejamos nosso autor empregando este preceito:

Creció la obra, i **aunque reconoci, que no podia tener la perfeccion, que convenia, por no averse hecho com aquel sosiego de animo, i aquel continuado calor del discurso, que havia menester, paraque sus partes tuvièsen mas trabazon, i correspondencia entre si**, me obligàron las instancias de Amigos (...) à sacalla à luz, enque tanbiem tuvo alguna parte el amor proprio (...). **No escribo esto, ò Letor, para disculpa de errores, porque qualquiera seria flaca, sino para grangear alguna piedade dellos en quien considèare mi zelo de aver procurado en medio de tantas ocupaciones, trabajos, i peligros cultivar este libro, , i no se perdièsen conmigo las experiencias adquiridas (...)**¹⁰⁶.

Podemos perceber que, ao se reportar ao ambiente no qual produziu sua obra, o autor enfatiza a importância da própria experiência para a formulação de um tratado de conselhos práticos para ação régia. Agora conheçamos mais detidamente esse homem preocupado com a formulação de prescritivas político-educativas.

Saavedra Fajardo nasceu em uma família nobre em Múrcia, região da Galícia, Espanha, no ano de 1584¹⁰⁷. Formou-se bacharel e licenciou-se em Jurisprudência e Cânones na Universidade de Salamanca em 1606, foi notário de Cifra¹⁰⁸ do embaixador espanhol na Corte

¹⁰⁴ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., folha não numerada. *Grifos meus*

¹⁰⁵ PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (org.). *As excelências do governador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 51-52.

¹⁰⁶ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., folha não numerada. *Grifos meus*.

¹⁰⁷ As referências sobre a vida de nosso político foram retiradas de: AYALA, Francisco. Op. cit. pp. 26-27; ARIBAU, Buenaventura Carlos. (org.) *Biblioteca de autores Españoles desde la formación del lengua hasta nuestros días*. Tomo XXV. Madrid: Imprenta y Estereotípia de M. Rivadeneyra, 1853. pp. VI-XV.

¹⁰⁸ A Cifra foi uma forma de escrita usada na a codificação de correspondências oficiais. Desenvolvida desde a Idade Média, foi somente em meados do século XVI, em Roma, que foi criado o cargo de secretário de cifras, a partir de então foram nomeados secretários especializados em cifrar e decifrar estes documentos e como o conjunto de caracteres costumava variar com o tempo e de acordo com o destinatário, cada funcionário acabaria por desenvolver, posteriormente, uma cifra pessoal, utilizando-as nas suas próprias correspondências. Cf.

vaticana, Cardeal D. Gaspar de Borja. Em 1607, aos vinte e três anos, recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Santiago. Dez anos depois foi nomeado cônego de Santiago, mas não chegou a receber as ordens maiores. Entre os anos de 1621 e 1623, participou, em Roma, dos conclaves em que foram eleitos, os papas Gregório XV e Urbano VIII. Em dezembro de 1623 foi instituído para o cargo de Procurador e Solicitador dos reinos de Castela, das Índias e Cruzada, ante a Corte de Roma. No ano de 1633 recebeu credenciais para a resolução de impasse diplomático que punha em risco a monarquia dos Áustrias na Espanha¹⁰⁹ por conta de possível proposta de aliança entre Alemanha e França. Após dois anos Saavedra Fajardo recebeu o título de Conselheiro das Índias, cargo que, por conta de suas diversas missões diplomáticas, somente tomaria posse em 1643. Em 1636 é enviado como Ministro da Espanha a Ratisbona, para assistir à nomeação do imperador D. Fernando III como Rei dos Romanos. No ano seguinte realiza missão diplomática em Munich. Seu trânsito por esses e diversos outros cargos o fez percorrer grande parte da Europa.

O político murciano destacou-se ainda como um dos plenipotenciários de Münster, em Westfália, nas negociações para o ajuste da paz geral entre a Cristandade que se encontrava envolvida, desde o ano de 1618, na Guerra dos Trinta Anos. Desgastado com a improdutividade das discussões retirou-se das negociações do Congresso de Münster voltando à Madrid em 1646. Em 1647 obteve nomeação para o conselho da Câmara das Índias. Por fim, já no último ano de sua vida, decidiu fixar residência em Madrid, no convento dos Agostinianos Recoletos, entretanto, acometido por enfermidade que tiraria sua vida aos sessenta e quatro anos no mês de agosto de 1648, viveu a maior parte deste período no Hospital Santo Antonio. Após sua morte foi sepultado na capela do Convento onde intentou morar e, séculos mais tarde, seus restos mortais foram transferidos para a Catedral de Murcia, permanecendo ali até os dias atuais¹¹⁰.

A partir dessas menções biográficas, podemos entender a razão de Saavedra Fajardo ser considerado como um dos homens que ficou a frente da produção de obras que atenderiam a demanda político-pedagógica do século XVII. Vejamos a produção literária que fez deste diplomata um dos autores basilares da cultura política do seiscentos ibérico.

Além da *Idea de un príncipe político Christiano*, D. Diego Saavedra Fajardo produziu ao longo de sua vida, uma vasta quantidade de obras que transitaram entre os mais variados

VISSIÉRE, Laurent. Altamente confidencial. In: *Revista História Viva*. Editora Duetto: São Paulo, Agosto 2009. Edição nº 70.

¹⁰⁹ Ver AYALA, Francisco. Op. cit., p. 26 e REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 44

¹¹⁰ GONZÁLEZ PALENCIA, Angel. Del "Lazarillo" a Quevedo. Madrid: CSIC, 1946. Apud: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., pp. 47-48.

gêneros literários. A obra *República Literária*, pode ser considerada seu primeiro trabalho. Elaborada em 1612, circulou anonimamente pela Espanha, sendo publicada postumamente em 1665. É considerado como um de seus trabalhos mais “brandos”¹¹¹. A obra foi elaborada na época em que era estudante e apresenta-se como uma experiência muito diferente do conjunto de sua produção. Nela é feita uma crítica à cultura livresca utilizando-se para isso da linguagem metafórica de um sonho no qual o autor faz uma revisão de tudo o que considera ser o saber humano produzido e adquirido pelos livros. Segundo Francisco Díez de Revenga, a *República Literária* “es la sátira que haría todo estudiante inteligente cuando comprende que el saber libresco no lo es todo en la vida si falta la experiencia”.¹¹²

Como já mencionamos a vida pública do diplomata contribuiu para a produção de outras obras de cunho político. Além das “Empresas Políticas” encontramos também as *Introducciones à la política y razón de Estado del Rey Católico don Fernando*, trabalho anterior as *Cien empresas*, mas que, em muitos aspectos, assemelhou-se às suas orientações. Escrita em 1631, as *Introducciones* não foram concluídas, sendo somente conhecidas pelo público em 1853 por conta da sua publicação no tomo XXV da *Biblioteca de autores españoles*¹¹³. Este trabalho toma por legado a herança dos *specula principum* medievais. Composto-se de um texto com duas partes, na qual a primeira, de caráter teórico, o diplomata utilizara-se das concepções aristotélicas e aquinianas para desenvolver suas teorias sobre o homem político, a cidade e as formas de governo, e na segunda usa o *exempla* da personagem do rei Fernando, o Católico, como um modelo prático das teorias antes expostas¹¹⁴.

Sua ação diplomática em Münster trouxe ainda a publicação de obras de cunho eminentemente pragmático, como a *Corona góthica, castellana y austríaca*, fruto do aproveitamento das horas vagas das negociações de paz naquele congresso. Nesse trabalho Saavedra Fajardo se utiliza largamente da diplomacia ao reunir e transcrever fontes e informações que procuravam mostrar uma origem similar entre os suecos e o povo espanhol, relacionando uma origem visigoda comum, procurando, dessa forma, despertar as simpatias da Suécia em favor da Espanha e contra a França. Segundo Francisco Díez Revenga e González Palencia, Saavedra Fajardo concluíra somente a primeira parte dessa obra, sendo esta finalizada somente cinquenta anos após a sua morte por D. Alonso Nuñez de Castro, que,

¹¹¹ DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier; DE PACO, Mariano. *História de la literatura Murciana*. Murcia: Academia Alfonso X el sábio, 1989. pp. 103-104

¹¹² Idem. p. 103.

¹¹³ Ibidem. p. 106.

¹¹⁴ Ibidem. p. 106.

de posse de alguns originais deixados por D. Diego, escreveu a parte conclusiva detalhando a história de Castela e Espanha durante o governo da Casa de Áustria¹¹⁵.

Outro exemplo de sua produção em Münster foi o opúsculo *Loucuras de Europa, diálogo entre Mercúrio y Luciano*. Trata-se de obra em que figuram reflexões muito pessoais do autor, onde é exposta uma fase bastante problemática para a monarquia espanhola: a anexação da região Catalã à França e a sublevação da Holanda e dos Países Baixos contra a Casa de Áustria¹¹⁶. Este trabalho descreve, portanto, a “*desastrosa situação que havia chegado os assuntos militares, diplomáticos e religiosos na Europa*” que se negava a reconhecer as contribuições daquela casa dinástica.¹¹⁷

Para além das obras já citadas, outras passaram a ser conhecidas a partir do trabalho dos pesquisadores. Angel González Palencia rastreou a produção bibliográfica de D. Diego Saavedra Fajardo em meados da década de 1940, mencionando inclusive alguns dos seus trabalhos que se encontravam desaparecidos ou mal conservados. Esta catalogação só foi possível por conta da descoberta de um conjunto de correspondências do político que encontrava-se espalhada por arquivos públicos e particulares. As cerca de 119 cartas escritas entre 1620 e 1645 citavam, além das obras já mencionadas, *Dispertador a los trece cantonês de esguízaros, Carta de um francés a otro del parlamento de Paris, Carta de um holandês a outro ministro de aquellos estados*.¹¹⁸ Por outro lado, Quintín Aldea Vaquero encontrou e publicou um outro conjunto inédito de ampla correspondência escrita entre os anos de 1631 e 1634 e trocadas com o próprio rei espanhol, Felipe IV, com o Cardeal Infante D. Fernando, irmão deste, com o governador da região de Flandres, com o Conde-Duque de Olivares e com outras figuras importantes do período.¹¹⁹

Essa correspondência totaliza aproximadamente duas mil cartas e encontram-se, em sua maioria, escritas em cifra e depositadas nos Arquivos Gerais do Reino de Bruxelas (cerca de dezesseis volumes, entre originais e cópias), no Arquivo de Simancas e em outros arquivos espanhóis e estrangeiros¹²⁰. Segundo Belén Rosa de Gea, esse material constitui-se “*insustituible para un estudio a fondo de la política internacional defendida por nuestro*

¹¹⁵ HILDAGO, Dionísio. *Diccionario General de Bibliografía Española*. Tomo I. Madrid: Imprenta de Las escuelas Pías, 1862. p. 120. DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier; DE PACO, Mariano. Op. cit. p. 104. GONZÁLEZ PALENCIA, Angel. Apud: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., p.51.

¹¹⁶ DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier; DE PACO, Mariano. Op. cit. p. 105. REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 50.

¹¹⁷ Idem. p. 50.

¹¹⁸ GEA, Belén Rosa de. Estelas de Saavedra Fajardo: su obra, sus lectores. *Res Publica: Revista de Filosofía política da Universidade de Murcia*. Nº 19, 2008. p. 466.

¹¹⁹ GEA, Belén Rosa de. Op. cit., pp. 467-468; REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., p. 52.

¹²⁰ REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., pp. 52-53.

autor”¹²¹. Além das cartas citadas Aldea Vaquero também encontrou e publicou o panfleto político *Suspiros de Francia*, no qual, a exemplo dos libelos *Dispertador de los treze cantones esguízaros*, *Carta de um francés a otro del parlamento de Paris* e *Carta de um holandês a outro ministro de aquellos estados*, Saavedra Fajardo faz uso de um artifício narrativo ao fingir que o narrador é um cavaleiro francês que critica sua própria pátria a partir do interior daquela sociedade. Com esse artifício, o diplomata de Felipe IV intencionava difundir ideias favoráveis sobre a monarquia espanhola em território francês¹²².

A obra *Idea de un príncipe político Christiano Representada en cien empresas*, ou simplesmente, *Empresas políticas* é de longe seu trabalho de maior alcance ao combinar um modelo de tratado político com exemplar de trabalho didático e pedagógico. O jesuíta Antonio Garmendía de Otaola¹²³ foi o primeiro a perceber os “valores educativos” da obra saavedriana ao reconhecer o teor prescritivo dos aconselhamentos das *Empresas*. Otaola foi um dos que confirmou a ideia do reflexo da educação do príncipe na dos demais indivíduos, perspectiva que podemos antever em passagem do próprio Saavedra Fajardo quando destaca nas empresas políticas importância da boa educação do príncipe ante a dos demais, posto que dele dependeria a felicidade política do reino:

Esta buena Educacion es mas necesaria en los Principes, que en los demas, porque son instrumentos de la felicidad política, i de la salud publica. En los demas es perjudicial à cadauno, o a pocos la mala Educacion, en el Príncipe a ele, i a todos, por que a unos ofende com ella, i a otros com su exemplo.¹²⁴

Podemos compreender, portanto, que a pedagogia política de Saavedra Fajardo fazia parte de um conjunto de obras que se voltava para a formação dos seletos, para os homens que governavam ou serviam ao governo, portanto, além do príncipe, reservou-se também um importante lugar para aqueles que o auxiliariam na direção do Estado. Segundo Buenaventura Delgado, essas pessoas formavam um quadro que tinha o direito ao raro privilégio de monopolizar a instrução dos demais.¹²⁵ Sob uma outra perspectiva de análise a historiadora Maria Ángeles Gallino Carrilo, em *Los tratados sobre educacion de príncipes: Siglos XVI y*

¹²¹ GEA, Belén Rosa de. Op. cit., p. 468

¹²² CABARROCAS, Sònia Boadas. Um Manuscrito inédito de *Suspiros de Francia* de Saavedra Fajardo. Murgetana. Revista semestral de la Real Academia Alfonso X el Sabio. Ano 2010, nº 122. pp. 9-36.

¹²³ GARMENDÍA DE OTAOLA, Antonio. En el III centenario de las Empresas de Don Diego de Saavedra Fajardo. Su contenido pedagógico. *Revista Razón y Fe*. Nº 131, 1940. pp. 318-328. Apud: DELGADO, Buenaventura. Op. cit., p. 477

¹²⁴ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Empresa 2 - Y puede el Arte pintar como en tabla rasa sus imágenes. Op. cit. fl. 10.

¹²⁵ GARMENDÍA DE OTAOLA, Antonio. Apud: DELGADO, Buenaventura. Op. cit., p. 478.

XVII, entrelaça os valores educativos a uma história das ideias políticas ao discutir o viés pedagógico da “ciência do governar”¹²⁶. Em vista disso é possível assinalar que o programa educativo do autor seguia as indicações para uma preparação moral, intelectual, religiosa, física e sócio-profissional que fazia parte do ideário dos autores políticos do século XVII¹²⁷. Tais indicações davam-se a conhecer nos inúmeros avisos e admoestações representada nos variados exemplos e testemunhos históricos usados ao longo da obra.

O amplo programa educativo contido nas *Empresas políticas* pode ser inicialmente percebido já em seu título completo. Segundo Sagrario López Poza a epígrafe *Idea de un príncipe político Cristiano representada en cien empresas*, merece reflexão sobre o seu significado.¹²⁸ Ao fazer uso do vocábulo “Idea”, Saavedra Fajardo, como os demais autores políticos do período, recorre ao uso polissêmico do conceito para aludir tanto a uma noção de projeto de construção ou conservação de uma determinada instituição, como para designar um sentido de amostra, modelo ou paradigma de alguma virtude que deverá ser seguida ou reprochada.¹²⁹

Sobre a menção do duplo adjetivo “político-christiano” conferido ao príncipe deste tratado, López Poza explica que tal adequação se dava porque naquele período o primeiro vocábulo estava dotado de uma conotação negativa, quase sempre definida como um conjunto de meios amorais que objetivavam ao benefício pessoal do governante, reportando-se ainda aquele que praticava uma Razão de Estado dissociada da ética religiosa que foi associada a Nicolau Maquiavel e aos seus seguidores¹³⁰. Por isso seria compensado pelo segundo termo, posto que, se a instrução do futuro monarca teria de ser operada pela difícil – e nefasta - arte da política civil, por outro lado esta instrução teria por aliada a moral e a ética cristã, evitando-se dessa forma os excessos daquela primeira¹³¹.

Por fim, o sintagma “en cien empresas”, refere-se tanto ao estilo literário que já foi amplamente mencionado no capítulo I, como ao número de representações iconográficas contidas na obra. Contudo, deve-se ter em mente, que esta enumeração não é fidedigna, já que, desde a edição de Milão, em 1642, as *Empresas políticas* passaram a contar com um número de 101 imagens, sem contar as duas incluídas no prólogo e na parte final. Por

¹²⁶ GALLINO CARRILO, Maria Angeles. *Los Tratados Sobre Educacion de Principes. Siglos XVI y XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948. Apud DELGADO, Buenaventura. Op. Cit. p. 478

¹²⁷ GONZÁLEZ PALENCIA, Angel. Apud: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit., pp. 47-48; MARAVALL, José Antonio. *Teoria del Estado en España*. Op. Cit. DELGADO, Buenaventura. Op. cit., pp. 293-296.

¹²⁸ POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 38.

¹²⁹ Idem. p. 39.

¹³⁰ Ibidem. p. 40.

¹³¹ POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 40.

consequente, de acordo com essas considerações de Sagrario Poza, o título já traduz a função da obra, pois:

[...] anuncia que lo que se presenta es una traza, um diseño de príncipe paradigmático, modélico, según los preceptos de la complicada política de los nuevos estados, es decir preparado para ejercer el gobierno, pero sin olvidar los preceptos cristianos que le obligan a considerar la filosofía moral o la ética.¹³²

De acordo com Francisco Maldonado de Guevara, a estrutura da obra está fundamentada segundo a antiga classificação jurídica que aborda as fases da vida. Além disso, o trato com as pessoas (ministros e súditos), suas ações e por fim as coisas ou instrumentos políticos a serem aplicados em seu governo são elementos igualmente importantes.¹³³ Na edição de 1640 a classificação descrita aparece em forma de rol com os títulos das empresas, de forma mais ou menos solta, já na edição de 1642 o autor agrupa esses títulos em torno de oito partes temáticas, como forma de ajustá-las a uma disposição mais didática conforme esquema descrito abaixo¹³⁴:

	Tema:	Empresas:	Do que trata:
<i>Primeira parte</i>	Educación del príncipe (A Educação do príncipe).	I à VI	Das inclinações dos filhos. Da Escolha dos mestres Do ambiente de criação e educação Das ciências e as artes indicadas ao príncipe.
<i>Segunda Parte</i>	Cómo se há de haber el príncipe en sus acciones (O comportamento	VII à XXXVII	Dos sentimentos Das atitudes Dos vícios Das opiniões alheias Dos atos generosos Da imitação de outros príncipes modelos Da origem divina do poder real Da conservação do Reino Das dificuldades (peso) de se manter a coroa

¹³² Idem. p. 41.

¹³³ GUEVARA, Maldonado de. Op. cit. p. 56.

¹³⁴ Para composição do presente quadro sobre a divisão dos temas contidos nesta obra de Diego Saavedra Fajardo usamos as orientações propostas por Sagrario Lopez Poza e Jaime Estevão Reis. POZA, Sagrario Lopez. Op. cit., p. 42; REIS, Jaime Estevão. Op. cit., pp. 53-56.

	do príncipe em suas ações)		<p>Da origem natural do poder real</p> <p>Da administração da justiça</p> <p>Da religião como base de sustentação do reino</p> <p>Da prudência</p> <p>Da reputação</p> <p>Da fortuna e das adversidades</p> <p>Da arte de reinar</p>
<i>Terceira parte</i>	<p>Cómo se ha de haber el príncipe con los súbditos y extranjeros</p> <p>(O comportamento do Príncipe com os súditos e estrangeiros)</p>	XXXVIII à XLVIII	<p>Da obtenção do amor por todos</p> <p>Da mescla da bondade com a ponderação e autoridade</p> <p>Da privação da prodigalidade</p> <p>Da moderação na aplicação da justiça em tempos de paz e guerra</p> <p>Da abstenção dos pressupostos de Maquiavel: fraude, mentira, maldade</p> <p>Da ocultação de sua opinião e desígnios</p> <p>Da vigilância</p> <p>Do dever de não se deixar levar pelas aparências</p> <p>Do dever de não por em risco a saúde do Reino em auxílio a outro príncipe, familiares ou amigos.</p> <p>Da prevenção contra os adutores.</p>
<i>Quarta Parte</i>	<p>Cómo se ha de haber el príncipe con sus ministros</p> <p>(O</p>	XLIX à LVIII	<p>Do cuidado na escolha dos Ministros</p> <p>Da figura do valido e sua relação com o príncipe, ministros e estrangeiros</p> <p>Da combinação de confiança e desconfiança no trato com os ministros</p> <p>Das qualidades que devem possuir um ministro</p> <p>Sobre os cargos de alta consideração</p> <p>Da harmonia que deve existir entre o</p>

	comportamento do Príncipe para com os Ministros)		príncipe e seus conselheiros Da honra como principal instrumento para o bem reinar
<i>Quinta parte</i>	Cómo se ha de haber el Príncipe en el gobierno de sus estados (O comportamento do Príncipe e o governo do Estado)	LIX à LXXII	Da conservação dos Estados como ofício do príncipe Das causas que originam a queda dos reinos Da definição do reino Da manutenção dos segredos do reino Das desigualdades nas ações do príncipe e suas conseqüências negativas para o reino Da rapidez na execução do que foi anteriormente deliberado Da não exposição aos erros Sobre o trabalho do povo nos campos, indústrias e comércio Sobre os tributos Sobre a saída de ouro e prata do reino Das armas enquanto braços do reino A respeito do dano causado ao reino quando da sua divisão entre os filhos do príncipe Acerca do trabalho e descanso como elementos fundamentais ao príncipe
<i>Sexta parte</i>	Cómo se ha de haber el príncipe en los males		Sobre as revoltas e os tumultos Das guerras Das Discórdias Do cuidado com os ministros mal intencionados que podem provocar a guerra entre os Estados Da ação dos embaixadores nos negócios

	<p>internos y externos de sus estados</p> <p>(O Príncipe e os males internos e externos do Estado)</p>	<p>LXXIII à XCV</p>	<p>do Estado</p> <p>Do disfarce das intenções do príncipe a partir do uso de determinados pretextos</p> <p>Da necessidade das discussões das decisões antes de serem postas em prática</p> <p>Da reflexão das forças do príncipe antes de empreender qualquer intento</p> <p>Da manutenção e treinamento dos exércitos como necessidade para a conservação do Estado</p> <p>Da preponderância da prudência acima da força</p> <p>Da assistência do príncipe às guerras de seu Estado</p> <p>Da aceitação voluntária dos decretos de Deus</p> <p>Da concórdia como instrumento vital para a manutenção da República</p> <p>Sobre a discórdia como o elemento mais indicado para o enfraquecimento de Estados inimigos</p> <p>Sobre a desconfiança que se deve ter com as amizades reconciliadas</p> <p>Acerca do cuidado que o príncipe deve ter com a solicitação de ajuda estrangeira</p> <p>Do perigo das alianças com os hereges</p> <p>Sobre o respeito à Santa Sé como forma de manutenção dos privilégios do Reino</p> <p>Da importância da neutralidade.</p>
<p><i>Sétima parte</i></p>	<p>Cómo se ha de haber o príncipe en las victorias y</p>	<p>XCVI à XCIX</p>	<p>De como é mais justa a vitória com a negociação do que com a espada</p> <p>Da retenção dos despojos</p> <p>Da dedicação do príncipe à arte da paz</p>

	tratados de paz (O comportamento do Príncipe nas vitórias e nos tratados de paz)		
<i>Oitava parte</i>	Como se ha de haber el príncipe em la vejez (O comportamento do príncipe na velhice)	C à CI	Sobre as últimas ações que devem coroar o governo do príncipe Sobre o reconhecimento das limitações do príncipe na velhice.

Torna-se oportuno informar que, dos blocos temáticos apresentados acima, empreenderemos a análise do primeiro, posto que aduz às Empresas que tratam da Educação do príncipe e indicam de forma mais ampla as práticas e conhecimentos voltados à pedagogia política do futuro monarca.

Reportemo-nos agora ao outro elemento constituinte das *Empresas políticas*, a parte iconográfica. Em seu já referido estudo acerca do pensamento político de Saavedra Fajardo, Jaime Estevão dos Reis alude sobre a organização das representações simbólicas que acompanham as 101 empresas. Este autor toma como norteadora a classificação proposta por Ludwig Pfandl¹³⁵, na qual as mesmas podem ser agrupadas em torno de três grupos. No primeiro grupo estariam presentes os símbolos relativos à natureza, como os animais, as plantas, as árvores, os frutos da colheita, o relevo e as representações climáticas. O segundo reportava-se a ação real na paz e na guerra a partir da representação de objetos do uso áulico como o cetro, a coroa, as armas, o escudo, o elmo, a lança, as flechas e de instrumentos que representassem a ideia de condução, como a biga e o navio. O terceiro grupo abarcava os objetos de uso cotidiano do rei, tais como harpa, tesoura, compasso, relógios, livros, bússola, balança, espelho, etc.¹³⁶

¹³⁵ PFANDL, Ludwig. *Historia de la literatura nacional española en la Edad de Oro*. Apud: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 57.

¹³⁶ REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 57

A essa classificação Jaime Reis adiciona um quarto grupo não referido por Pfandl e que abarcaria as representações pertencentes ao imaginário¹³⁷. Este era composto pelas figuras mitológicas da sereia e do unicórnio e das lendas antigas do Cavalo de Tróia, de Hércules em seu berço destroçando as serpentes enviadas por Hera e de Medéia a semear os dentes de dragões que dariam origem aos novos guerreiros.

Já foi falado que uma das principais características do gênero emblemático era a sua diversidade temática, portanto não causa estranhamento ver uma multiplicidade de símbolos contidos nas *Empresas* de Saavedra Fajardo. Contudo, torna-se importante ressaltar que a obra do nosso político murciano compreende noções normativas fundamentadas na política cristã católica. Luís Reis Torgal em seu estudo sobre o período da restauração da Coroa Portuguesa em meados do século XVII, afirma que D. Diego Saavedra Fajardo, como partícipe da mentalidade política do seiscentos ibérico, apesar de ter uma consciência de que “a política era uma arte com características próprias, em que as regras de atuação deveriam ser devidamente ponderadas e aplicadas”¹³⁸, era, acima de tudo, um católico que procurava ligar essas regras à religião. Portanto esse político tinha em mente uma concepção de Razão de Estado que deveria repudiar as doutrinas políticas baseadas no maquiavelismo, no regalismo, ou no viés protestante - como a teoria bondiniana, por exemplo - por serem consideradas satânicas e mesmo que nosso autor recorresse a alegorias diversificadas, pelo fato de a política no período estar subordinada aos valores do catolicismo lhe era natural o uso de exemplos religiosos ligados à tradição bíblica e patrística.¹³⁹ Essa reflexão da religião católica como um fundamento da ação política e essência da atuação régia é uma ideia que perpassa ao longo dos textos, epigramas e imagens das *Cien Empresas* e mais adiante faremos sua devida discussão.

Quanto às fontes utilizadas na obra saavedriana, Jaime Reis nos explica que existem dificuldades de identificá-las, mas baseando-se nos trabalhos de Francisco Murillo Ferrol¹⁴⁰, classifica-as em três grandes grupos, de acordo com o exposto a seguir:

Em primeiro plano, estão as fontes explicitamente mencionadas. A Bíblia, Aristóteles, Tácito, Sêneca, Platão, Heródoto, Cícero, Virgílio, os Santos Padres, entre outras. Dentre as fontes espanholas, aparecem São Isidoro, os cronistas medievais, Afonso X, o Sábio e o Padre Mariana. (...). Em segundo plano, podemos

¹³⁷ Idem. pp. 57-58.

¹³⁸ TORGAL, Luis Reis. “A ‘política Cristã’ e a concepção de Razão de Estado”. In: _____. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981. p. 137.

¹³⁹ Idem. p. 137.

¹⁴⁰ Murillo Ferrol foi um autor que procurou analisar as *Empresas* políticas como uma das importantes chaves de compreensão do pensamento político e social da Espanha no século XVII.

mencionar a própria experiência política e diplomática de Saavedra que (...) foi muito ampla. (...). Em terceiro e último plano, e também o mais difícil de situar, estão as fontes não mencionadas por Saavedra (...) não há, nas **Empresas Políticas**, qualquer referência à extensa literatura política da época.¹⁴¹

Sobre a polêmica afirmação de fontes utilizadas, mas não mencionadas, Murilo Ferrol¹⁴² nos esclarece que esta deve ser tomada como uma omissão intencional de Saavedra Fajardo já que seu pensamento assemelha-se, em muitos pontos, às ideias de políticos anteriores e coetâneos as suas *Empresas*, por outro lado Vicente Garcia de Diego em seu Prólogo para uma das edições da *República Literária* apresenta uma comparação dos temas e representações simbólicas presente nas *Empresas* que constam em obras anteriores a produção citada:

[...] Muchos de los pensamientos sobre las cualidades del príncipe, muchas de las minuciosas advertencias sobre los consejeros, la mayoría de las citas bíblicas y de historia y de filosofía clásica son los mismos que una y otra vez encontramos en los libros de educación regia y en los de literatura moral.¹⁴³

O trabalho mais recente de catalogação das fontes usadas por Saavedra Fajardo, realizado por Sagrario Lopez Poza, tenta trazer nova luz a esse juízo pejorativo que alguns autores dedicam ao escritor político. A estudiosa aduz que este “*especifica sus fontes, las localiza com bastante precisión, ostentando sus cualidades de hombre de formación universitaria y profesión vinculada a las letras y destinada al servicio público*”. Contudo, Poza adverte que mesmo como um erudito que domina as demandas da sociedade em que se move, e faz uso dos exemplos disponíveis da história “*cercana y cotidiana*”¹⁴⁴ - como os presentes na *Historia general de España*, do padre Juan de Mariana - Diego Fajardo deixa de citar alguns autores contemporâneos, como por exemplo do frei Juan Márquez.

Para Jaime Reis, esse silêncio de Saavedra Fajardo é difícil de esclarecer, mas em estudo já citado este autor nos oferece duas possibilidades de explicação:

Talvez a explicação esteja no fato de que Saavedra julgasse com muito apreço os tratados de política, escritos, na maioria das vezes, por aqueles que não participavam efetivamente da vida pública e produziam obras de caráter meramente especulativo. Ou, talvez, a omissão deve-se ao princípio de originalidade que

¹⁴¹ Idem. pp. 75-76.

¹⁴² MURILLO FERROL, Francisco. Saavedra Fajardo y la política del barroco. Apud: REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. P. 72.

¹⁴³ GARCIA DE DIEGO, Vicente. Prólogo. In: SAAVEDRA FAJARDO, Diego de. *República literária*. Madrid: Espasa-Calpe, 1956. Apud REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 76-77.

¹⁴⁴ Segundo recomendações do jesuíta Nicolao Caussino “*era preciso tener abundantes ejemplos disponibles también de la historia cercana y aun cotidiana*”. POZA, Sagrario López. Op. cit. p. 72.

mostra *el ingenio de la invención*, proposto por Horozco y Covarrubias, o primeiro a definir as regras para a composição de **Empresas**.¹⁴⁵

Já apontamos que as citações utilizadas como argumento de autoridade são referentes a Tácito, a Bíblia, ao frei Juan de Mariana, a Aristóteles, a Afonso X, a Sêneca, a leis distintas e também outros autores, incluindo os utilizados, mas não mencionados,¹⁴⁶ contudo essas citações sofrem mudanças entre a primeira e a segunda edição das *Empresas Políticas*.

De acordo com breve levantamento realizado por Ricardo de Oliveira, há um extraordinário número de traduções das empresas¹⁴⁷. O autor contabiliza, somente no século XVII, 12 traduções castelhanas, 10 em latim e também traduções para o italiano (1648, 1654, 1678, 1684), para o alemão (1655), para o holandês (1662), para o francês (1668) e para o inglês (1700). As edições principais são realizadas sob a guarda do próprio Saavedra Fajardo em 1640 e 1642, a *principis* é a de Mônaco impressa por Nicolao Enrico em 1640, já a de 1642, impressa em Milão, é considerada como a “editio optima”¹⁴⁸ e nela foram baseadas as edições e traduções posteriores.

Falemos agora das diferenças entre as duas edições. Além das modificações nas citações encontram-se variadas diferenças tanto no corpus do texto quanto na iconografia que acompanham as empresas. Em sua análise Jaime Reis reporta-se aos estudos de Vicente Garcia de Diego e Francisco Diez de Revenga para apresentar as principais alterações de ambas. Segundo os autores, essas alterações foram efetuadas pelo próprio diplomata, descontente com os impressores por conta das “*multiples erratas léxicas que contenían pero que fueron subsanadas em la segunda edición*”¹⁴⁹. Sagrario Lopez Poza acrescenta que “*no fueron las erratas sólo lo que hizo sentir molesto a Saavedra, sino aspectos de outra naturaleza, tal vez estilísticos, pero sobre todo ideológicos, que convenia modificar*”¹⁵⁰.

Os aspectos ideológicos referidos por Sagrario Poza remetem-se à influência tacitista que o autor deixara transparecer com significativa intensidade na primeira edição. Já vimos no primeiro capítulo que, no que se refere a esta influência no ambiente político espanhol é

¹⁴⁵ REIS, Jaime Estevão dos. Op. cit. p. 77.

¹⁴⁶ Sagrario Lopes Poza realiza uma análise quantitativa relacionando o número de vezes e o percentual de cada citação. Cf. POZA, Sagrario Lopes. Op. cit. p. 68.

¹⁴⁷ Ver OLIVEIRA, Ricardo de. O melhor amigo do rei: a imagem da perfeita privanza na Monarquia Hispânica do século XVII. *História*, Franca, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-0742009000100023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 Dez. 2010.

¹⁴⁸ Essa é a conclusão que Pedro Campa faz em seu monumental trabalho *Emblemata Hispanica. An Annotated Bibliography of Spanish Emblem Literature to the Year 1700*, no qual faz uma catalogação das obras da emblemática espanhola onde figuram uma grande parte dos autores e livros de emblemas espanhóis conhecidos no período, dentre eles, D. Diego Saavedra Fajardo e sua *Idea Política*.

¹⁴⁹ GEA, Belén Rosa de. Op. cit. p. 450.

¹⁵⁰ POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. p. 92.

importante indicar sua herança no historiador Cornélio Tácito que, redescoberto por Justo Lipsio no Renascimento, transformou-se em uma grande autoridade no que se refere à razão de Estado. Os tacitistas embora afastados, como vimos, das teses maquiavelianas, também defendiam uma racionalização da política ao se oporem a submissão daquela à moral, contudo não compartilhavam da síntese feita por Tomás de Aquino que procurava conciliar a concepção clássica de Estado com o ideal cristão¹⁵¹. Não obstante os tacitistas saírem em defesa de uma reflexão política autônoma e crítica, não renunciavam o catolicismo nem a ética fundamentada sobre essa concepção. As concepções defendidas pelo tacitismo aludiam principalmente que os preceitos e ensinamentos ligados ao modo de governar deveriam ultrapassar o aspecto meramente teórico para ser colocado a serviço dos homens de Estado, tal como um roteiro prático de orientação¹⁵².

Com Justo Lipsio temos a revisão do estoicismo romano, corrente filosófica que dava destaque especial à ética nas normas de ação prática e tinha como um dos seus representantes o latino Tácito, e sua aproximação de maneira compatível com o Cristianismo. Essa renovação proposta por Lipsio seria a base para o alvorecer do Neo-estoicismo ou tacitismo na península Ibérica ao longo do século XVI. Dessa forma, podemos compreender como se deu a influência do humanista belga, a partir da circulação do *De Constantia libre duo* (1584) e *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex* (1589), suas obras mais importantes, nos vários autores do século XVII. Dentre estes autores estava D. Diego Saavedra Fajardo, e, como já foi apontado, a primeira edição da sua *Idea política de un príncipe político Cristiano*, que ao carregar uma forte influência tacitista, tendeu a ser associada ao maquiavelismo, o que levou dessa forma a necessidade de uma nova versão da obra.

Outro dos fatores apontados por Sagrario Poza como preponderantes para uma nova edição foram as menções elogiosas feitas ao conde Duque de Olivares na edição anterior, compreendamos esse fator específico. No momento da distribuição da primeira edição, Gaspar de Guzmán já tinha seu prestígio abalado na Corte de Felipe IV¹⁵³ por conta do fracasso de sua política de reabilitação do poder econômico e político do Estado espanhol no contexto das demais monarquias europeias, principalmente em relação à França. Embora não enveredemos por uma análise acerca da proximidade da presença de Saavedra Fajardo com o

¹⁵¹ A concepção de Estado aqui aludida é a de base aristotélica, e o ideal cristão se refere ao que vigorava no medievo. São Tomás de Aquino, em seu *De Regimine Principum*, ao conciliar a concepção de Estado com o ideal cristão medieval, elabora a ideia de que a ordenação da vida política estaria ligada a um fim mais alto, a saber, a salvação eterna. Ver BUESCU, Ana Isabel. Op. cit. pp. 36-37 e o artigo de Novella Suarez, “Francisco Ayala y Enrique Tierno Galván, lectores de Saavedra”, já citado nesta dissertação. SUAREZ, Jorge Novella. Op. cit., pp. 439.

¹⁵² POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. p. 80.

¹⁵³ Idem. p. 92.

duque de Olivares, balizados na introdução que Sagrario Poza faz da reedição mais recente das *Cien Empresas*, apontamos que a supressão da menção do nome do ministro na edição de 1642 se deu a partir das informações fornecidas por agentes da Corte espanhola que, ao chegarem aos ouvidos de Saavedra Fajardo, o instaram a proceder a revisão da obra e introduzir mudanças¹⁵⁴.

A edição milanesa modificou algumas passagens, incorporou e alterou parágrafos, eliminou ou ignorou menções políticas comprometedoras¹⁵⁵, acrescentou mais citações e exemplos bíblicos¹⁵⁶ e elaborou um novo agrupamento para as empresas a partir da introdução de oito seções temáticas¹⁵⁷, alterando a ordem de algumas em relação à edição de Mônaco. O autor ao fundir a *Empresa 95* com a *Empresa 96*¹⁵⁸ constantes na edição de Mônaco, modificou o motivo do emblema da *Empresa 96* para a edição de 1642¹⁵⁹, igualmente, ao adicionar outras duas novas *Empresas*, substituindo a de número 5 e a de número 14¹⁶⁰, compôs, na edição de Milão, 101 *Empresas*, todavia, não alterou o título da obra. No anexo caderno de imagens, localizado ao final deste trabalho, pode-se visualizar as imagens modificadas e adicionadas às respectivas empresas.

Podem ser observadas ainda outras modificações, como a troca da imagem e mote das antigas empresas 5, 19, 21, 38, 51 e 74, que na edição de 1642 correspondem as empresas 6, 21, 23, 40, 66 e 99. De outro lado a 100ª empresa, que corresponde a 101ª da nova edição, tem parte de sua imagem e mote modificados, já a 4ª empresa, apesar de permanecer com o mesmo número da edição *princeps*, tem seus elementos gráficos modificados, o mesmo ocorre como as empresa de nº 18 e 57 modernas¹⁶¹. As imagens permanecem as mesmas, mas os lemas são modificados nas antigas empresas 6, 8, 12, 62, 69 e 86, que na segunda edição passam a ser 7, 9, 13, 62, 66, 54 e 87.

Segundo Sagrario López Poza a razão destas mudanças não são muito claras, mas podem ser justificadas pela intenção de suprimir as imagens que apresentavam motivos mitológicos¹⁶². Um dos exemplos é o da empresa 5, que trazia na sua versão antiga a imagem

¹⁵⁴ POZA, Sagrario Lopez. Op. cit., p. 92-93.

¹⁵⁵ Como as relacionadas ao Conde Duque de Olivares, por exemplo.

¹⁵⁶ Na edição de 1642 foram adicionadas 475 citações e exemplos provenientes da Bíblia contra as 72 da primeira edição, como forma de suprir a carência destas na primeira edição e para que houvesse um equilíbrio em relação as menções à Tácito recorrentes na *editio princips*.

¹⁵⁷ Cf. *Infra*. p.39.

¹⁵⁸ Imagem 3 e 4 localizada no anexo caderno de imagens, página 83.

¹⁵⁹ Imagem 5 localizada na página 84 do anexo caderno de imagens.

¹⁶⁰ As imagens destas empresas reformuladas na edição de 1642 encontram-se no anexo caderno de imagens nas páginas 84 (imagem 6) e 85 (imagem 7).

¹⁶¹ Correspondentes as 16º e 68º da primeira edição.

¹⁶² POZA, Sagrario López. Op. cit., p. 97.

de um cisne, animal que representava o deus Apolo, portando uma lira e um cetro nas patas. A imagem desta empresa procurava deixar aparente que a música era uma diversão adequada para os príncipes, e, além da menção mitológica da cena, no início do conteúdo epigramático, há referências ao deus pagão citado. Como forma de omitir esse registro, a imagem foi modificada por outra, alocada agora na já citada sexta empresa da edição de 1642. Ela exibia alguns ramos de trigo – representando as ciências –, rodeadas por uma coroa de açucenas – que aludiam as letras e as artes liberais¹⁶³ – e tinham a intenção de transmitir “*que conviene adornar la ciência política con un buen conocimiento de las artes y las letras*”¹⁶⁴. Esse mesmo tipo de alusão mitológica estava presente nas empresas 38, 74, 95 e 96 da *editio princeps*, que correspondem às empresas 40, 99 e 96 da *editio optima*¹⁶⁵ e foram igualmente modificadas.

Sagrario Poza afirma que essas alterações nos elementos iconográficos da segunda edição das Empresas fizeram com que as imagens perdessem a capacidade de transmissão da mensagem simbólica e “*lejos de mejorar la eficacia icónica, se ha salido perdiendo*”¹⁶⁶, contudo a organização dos capítulos segundo os oito eixos temáticos já apresentados sistematizou melhor o texto.

Sobre o alcance e difusão das *Cien Empresas*, Jaime Reis, fazendo uso da análise do bibliógrafo Francisco Díez de Revenga, esclarece-nos o mesmo. No século XVII, como já apontado, ocorreu um grande número de edições, tanto em língua espanhola, quanto em língua estrangeira, por outro lado, no século XVIII houve uma diminuição de interesse por essa obra, o que pode ser demonstrado a partir da ocorrência de apenas quatro edições espanholas e outras quatro estrangeiras. O século XIX também não se interessou muito pelas *Empresas políticas*, já que houveram apenas quatro publicações das obras completas de Saavedra; uma, na primeira metade do século, e três, na segunda.

No século XX houve um aumento dos estudos das Empresas saavedrianas fomentados pelo interesse na temática do Barroco, da ciência e do pensamento político e uma de suas interfaces, a literatura tratadística. Díez de Revenga situa oito edições, enquanto o Jaime Reis identifica cerca de outras três:

(...) uma, editada pela comunidade Autônoma, Câmara Municipal e Universidade de Murcia, em 1985, reprodução em *fac-símile* do original de Milão, de 1642; uma outra edição, organizada pelo próprio Díez de Revenga, em 1988; e, por último, uma

¹⁶³ Imagem já apresentada na referência à sexta empresa, página 84 do anexo caderno de imagens.

¹⁶⁴ POZA, Sagrario Lopez. Op. cit. p. 98.

¹⁶⁵ Idem. pp. 98-99.

¹⁶⁶ Idem. pp. 100-101.

reedição, de 1994, da reprodução em *fac-símile* de 1985, editada pela Universidade de Murcia (...)¹⁶⁷

Em nosso trabalho estamos manuseando tanto a primeira edição de 1640, impressa em Mônaco quanto a segunda edição de 1642, impressa em Milão, ambas encontram-se em domínio público e digitalizadas na íntegra, inclusive sendo disponibilizadas no meio eletrônico, também fazemos uso da já comentada edição prefaciada por Sagrario Lopez Poza editada em 1999.

Como forma de conclusão deste capítulo nos remeteremos ainda à abrangência das *Empresas políticas* no que concerne aos múltiplos estilos retóricos existentes. Segundo o filósofo francês Olivier Reboul a retórica concerne à arte de argumentar e constitui-se como um instrumento multidisciplinar que alcança todos aqueles se dedicam à prática da comunicação¹⁶⁸. Entendida em sua acepção clássica como *a arte de persuadir pelo discurso*, é composta por quatro partes, a saber: invenção, disposição, elocução e ação¹⁶⁹. Essas partes estão ligadas e orientam uma classificação que procura atender os diferentes subdiscursos retóricos que estão presentes na sociedade, estes são compostos pelo o gênero judiciário, deliberativo e epidíctico. Cada um desses subdiscurso compreende auditórios, ações (atos) e temporalidades diferentes, vejamos: o discurso judiciário tem como auditório o tribunal, seu ato refere-se à acusação ou defesa utilizando-se de fatos passados para fazer julgamentos; já o discurso deliberativo procura alcançar a assembléia e propõe-se a aconselhar ou desaconselhar os indivíduos, procurando influenciar as decisões futuras; por fim, o discurso epidíctico compreende os espectadores em um sentido mais geral e tem a função de censurar ou louvar indivíduos ou fatos a partir da referência do presente. Olivier Reboul salienta que o gênero deliberativo e o epidíctico tem conteúdos similares, mas diferem-se na sua forma de elocução, porquanto o primeiro tem a função de aconselhar e o segundo de descrever, contudo é importante frisar que se o gênero epidíctico não aconselha para o futuro, acaba, por outro lado, orientando escolhas futuras¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 82.

¹⁶⁸ REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. XI.

¹⁶⁹ Segundo explicação de Olivier Reboul: invenção (*heurésis*, em grego) é a reunião dos argumentos persuasivos relativos ao tema do discurso, disposição (*taxis*) é a ordenação desses argumentos que comporá a organização ou plano do discurso; elocução (*lexis*) é a forma escrita do discurso, estilo, e por fim ação (*hypocrisis*) que é a parte da proferição do discurso e sua representação através da oralidade e do gestual. Estas partes representam as tarefas a serem cumpridas pelo orador, não necessariamente a partir de uma ordem hierárquica fechada, mas que devem ser desempenhadas sob pena de seu discurso ficar vazio. Cf. REBOUL, Olivier. Op. cit., pp. 43-44.

¹⁷⁰ Idem. pp. 46-47.

A partir das ponderações de Reboul podemos considerar que as *Empresas políticas* de Diego Saavedra Fajardo circunscrevem-se tanto no subgênero deliberativo como no epidíctico, pois empreenderam em suas prédicas educativas a apresentação de fatos do passado visando a ação futura, bem como se reportavam às experiências que, de alguma forma, acabaram orientando as escolhas futuras do príncipe. No próximo capítulo estaremos elencando algumas das tópicos propostas por Saavedra Fajardo para a educação política do *príncipe cristiano*.

CAPÍTULO III – AS LETRAS E A POLÍTICA: OS SABERES DO PRÍNCIPE CRISTÃO.

Após termos situado o tratadista Diego Saavedra Fajardo e sua *Idea de un príncipe Politico Christiano* dentro da tradição da literatura preceptiva seiscentista ibérica, enveredaremos na análise de algumas das tópicas que versam sobre os conhecimentos considerados como os mais relevantes para a educação principesca. Partiremos daqueles elencados nas empresas localizadas na primeira parte da obra sob título *Educacion del Principe*, portanto trataremos daqueles conhecimentos que se referiam diretamente à educação do futuro monarca espanhol, representado aqui pela figura de D. Baltasar Carlos. Todavia salientamos que também nos remeteremos, sempre se mostrar necessário, a algumas empresas fora da referida parte, posto explicitarem mais pormenorizadamente as prédicas elencadas na primeira parte. Adiremos ainda partes de discursos de outros autores contemporâneos a Saavedra Fajardo, posto congraçarem com o seu ideal de educação pragmática.

Conforme comentamos anteriormente, durante o seiscentos ibérico, diversos autores propunham uma educação principesca com finalidade prática e, mais que simples conselhos moralizantes, que não seriam de utilidade para a ação política, os mesmos procuravam formular ensinamentos que fossem aplicados a determinadas conjunturas. E que momento mais propício para se por em obra a chamada “educação das vontades” que o momento trazido pela crise da casa dos Áustrias¹⁷¹? A intenção de um maior controle do pensamento e das manifestações dos súditos nesse contexto fez com que os autores da literatura política exercessem um papel preponderante no período, e, no conjunto das obras que faziam parte dessa literatura, encontrava-se o livro de emblemas, cuja finalidade era, como já citado por Roy L. Tanner¹⁷², servir de base para as ideias políticas, jurídicas, religiosas, morais, dentre outras através do uso de meios sensíveis para conclusão de uma ação diretiva¹⁷³.

Por outro lado, observamos também que nas fontes da literatura prescritiva consultadas é consensual a menção à educação dos seletos daquela sociedade. Em nosso primeiro capítulo

¹⁷¹ As *Cien empresas* de Diego de Saavedra Fajardo despontam em um ambiente marcado por uma crise no governo dos Áustrias. Considerada controversa por muitos autores, é certo que essa crise atingiu os variados setores da sociedade ibérica do século XVII. Além dos problemas ocasionados pela política externa de Felipe IV, a crise interna provocada pela redução demográfica que afetou duramente a economia espanhola, bem como a instância política, já que os súditos, descontentes com o encaminhamento dado por Felipe IV e por seu valido, D. Gaspar de Guzman, Conde-Duque de Olivares, a essas questões, fez proliferar críticas e queixas.

¹⁷² TANNER, Roy L. Apud: REIS, Jaime Estevãos dos. Op. cit. p. 64.

¹⁷³ MARAVALL, José Antonio. *Teoria del Estado en España*. Op. cit. p. 53. _____. *Estudios de Historia del pensamiento español*. Op. cit. p. 214.

apontamos que a maior parte das obras que a compunha falava da educação do príncipe ou da nobreza¹⁷⁴. Contudo isso não significa que não fossem produzidos um número significativo de obras dedicadas aos súditos ou vassallos. De outro modo, no que tange à formação e educação normativa neste período, mesmo os trabalhos de Norbert Elias que consagram a chamada *literatura de civilidades* - que tinha por objetivo a tentativa de controle e normatização dos comportamentos dos indivíduos em geral -, acabam por colocar essa forma literária como herdeira da literatura dos estratos superiores da sociedade¹⁷⁵. João Adolfo Hansen endossa que a política ibérica dos séculos XVI e XVII tinha como principal meta essa educação dos melhores¹⁷⁶, já José Antonio Maravall alude, principalmente no que diz respeito a literatura emblemática, que, ao renunciar uma linguagem popular, esta foi comumente dirigida a um grupo de indivíduos cultos, que no século XVII, formavam uma verdadeira massa¹⁷⁷.

Na apresentação de nosso tratadista citamos a sua justificativa por uma educação do príncipe e, não será inoportuno relembrar, que D. Diego Saavedra Fajardo alertava ser a educação desse mais necessária que as dos demais indivíduos, já que, responsáveis diretos pelo poder e guardiões da ordem e da paz, seriam instrumentos da felicidade política e do bom funcionamento das coisas públicas. O diplomata alertava ainda que se uma má ou pouca educação era prejudicial a todos, ainda mais danosa seria ao príncipe, pois ofenderia e estimularia o mau exemplo a todo o reino.¹⁷⁸

Os demais tratadistas coetâneos a Saavedra Fajardo também enfatizaram a importância da educação principesca ante aos demais indivíduos. Em sua obra *El príncipe en la idea*, D. Diego Enríquez de Villegas¹⁷⁹, Cavaleiro da Ordem de Cristo e vassalo do monarca espanhol Felipe IV, põe à vista o valor atribuído a educação no seiscentos ibérico. Já nas primeiras páginas o autor destaca o conteúdo e objetivo da mesma:

El príncipe en la idea, contiene su educacion, desde la cuña, hasta empuñar el cetro (...). Exponiendo Artes, y ciencias, que devem un Principe saber. Tambien que exercicios, y divertimientos conviene elegir, sin deslizes de la autoridade suprema(...).¹⁸⁰

¹⁷⁴ *Infra* p. 23-24.

¹⁷⁵ Cf. ELIAS, Norbert. *Op. cit.* p. 66-68.

¹⁷⁶ HANSEN, José Adolfo. Educando Príncipes no Espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR, Moysés (org.). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61.

¹⁷⁷ MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del pensamiento español*. *Op. cit.* p. 218.

¹⁷⁸ Cf. *Infra.*, p. 37. SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Op. cit.* fl. 10.

¹⁷⁹ Na obra *Biblioteca Lusitana*, o Pe. Diogo Barbosa Machado, traz dados concisos acerca de Villegas. Nascido em Lisboa, em data não precisa, foi Cavaleiro e comendador na Ordem de Cristo e vassalo de Felipe IV, faleceu em Portugal no dia 14 de Outubro de 1671, sendo sepultado no convento de San Eloy. Cf. *Biblioteca Lusitana histórica, crítica, e cronológica*. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. fol. 659.

¹⁸⁰ VILLEGAS, D. Diego Enriquez. *El Príncipe en la Idea*. Madrid: Imprenta Real, 1656, fols. 2 e 3.

Esse argumento também foi defendido por D. Diego Felipe Albornoz. Em sua *Cartilla Política e Christiana*¹⁸¹, o tesoureiro e clérigo da Igreja de Catargena oferecia um conjunto de conselhos que julgava fundamentais para a formação de um rei que, se fossem bem apreendidos por aquele, o tornariam exemplo de virtude para seus súditos, caso não o fosse, representaria a ruína do reino:

(...) ó mas nocivo; que como la Magestade se adelanta a todos en la virtud, quando se sigue en el vicio, quando le busca; dexa a trás aun a los mas perdidos. Los de mas hombres importa poco que estèn mal educados; porque haze el dano para si solos; pero el Rey a cuyo exemplo se compone el Reyno, no pude castigar si peca; por que pierden su autoridad las leyes escritas, quando quien es ley viva las deroga por contrario impèrio en el hecho¹⁸².

Segundo Buenaventura Delgado, o exercício do hábito virtuoso projeta uma imagem exemplar ou modelar que passa da educação do rei à conduta geral e individual do corpo social sobre o qual ele governa¹⁸³. Essa tópica da tradição tratadística é ainda reafirmada na *Summa Política* do bispo e estadista português Sebastião César de Meneses¹⁸⁴:

A boa criação, que a qualquer qualidade de homens he tão necessaria para bem viver, quanto á alma para ter vida; no Principe he tão precisa, que sem ella se pôde ter por certo, que en vez de hum pay, e pastor, se levanta no Reyno, e no estado huma calamidade publica e ruina universal(...).¹⁸⁵

Outra das características inerente a diversos textos do seiscentos ibérico é a proposta de reforma interior do homem trazida pela tradição humanista-renascentista. Segundo Maravall, os autores preceptistas desse universo dividiam-se entre duas concepções acerca da natureza do homem: uma pessimista, a exemplo do pessimismo antropológico utilizado tanto por Nicolau Maquiavel quanto pelos teóricos reformadores, e a outra otimista, fundamentada na tradição católica tridentina¹⁸⁶. No geral, os autores ibéricos caracterizavam-se por uma concepção positiva do homem e defendiam que uma mudança de atitudes se daria através do

¹⁸¹ ALBORNOZ, Diego. *Cartilla Política e Christiana*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1667.

¹⁸² Ibid. fol. 20.

¹⁸³ DELGADO, Buenaventura. Op. cit., p. 291.

¹⁸⁴ Sebastião Cesar de Meneses, doutor em direito canônico e estadista lisboeta exerceu variados cargos, dentre eles, Conselheiro de Estado de Felipe IV e, após a restauração, de D. João IV. Foi também Inquisitor Geral, dentre outros cargos eclesiásticos. Envolveu-se em diversas querelas políticas ao longo de sua carreira no contexto da Restauração Portuguesa, inclusive ficando preso entre 1654 e 1656, acusado de servir os interesses de Filipe IV, foi habilitado tempos depois pelo novo governo português, mas novamente envolveu-se em intrigas que o levaram a desgraça entre 1663 e 1669, onde perdeu o cargo de Inquisitor geral e os demais cargos eclesiásticos. Sua obra mais importante foi o tratado de teoria política *Summa Política*, dedicado ao príncipe D. Teodósio que continham os aconselhamentos para a arte de governar. Cf. *Biblioteca Lusitana histórica, crítica, e cronológica*. Tomo III. Lisboa: Oficina de Ignácio Rodrigues, 1752. fol. 682.

¹⁸⁵ MENEZES, Sebastião César de. *Summa Política*. Amsterdam: Simão Di Soeiro Lusitano, 1650. fol. 18.

¹⁸⁶ MARAVALL, José Antonio. *Teoría del Estado en España*. Op. cit., pp. 37-39.

caráter reformador da educação. D. Villegas, apresentado acima, considera tal mudança e defende em sua já referida obra que a “*Llave del bien, y del mal, es la (...) educacion: puede mas que la misma naturaleza; pues, enmienda, repara, y corrige sus faltas (...)*”¹⁸⁷ e que se “*Mas facil es en nuestra naturaleza el mal, que el bien,(...) para que no mate, sea antidoto el ayo (...) y los mejore, dando à razon la enseñanza.*”¹⁸⁸ Saavedra Fajardo faz coro com o militar ao defender em sua segunda empresa que “*La enseñanza mejora à los buenos, i haze buenos à los malos*”¹⁸⁹.

Dentre as tópicas presentes na *Idea de un principe político Christiano* estava a referência à educação infantil, ou melhor, das primeiras idades. Ao analisar a literatura política ou pedagógica, tanto religiosa quanto moral, dos séculos XVI e XVII no cenário ibérico, a estudiosa Maria de Lourdes Correia Fernandes observou, nesse período, uma crescente valorização da educação desse público¹⁹⁰. Segundo a autora os variados catecismos surgidos no pós-Trento e os textos que aludiam ao ensino das crianças esmiuçando os rudimentos das letras e a doutrina identificam a preocupação dos autores com essa fase da vida.

Saavedra Fajardo inicia sua obra com a empresa intitulada *Desde la Cuna comiezan los trabajos del Príncipe, i se descubre su valor*, usando na imagem da parte iconográfica o exemplo do semi-deus Hércules ainda menino, que, dentro do berço, despedaça com as mãos uma serpente e, deixa antever, que faria o mesmo com a outra que se desliza em sua direção com intenção de ataque¹⁹¹. O tratadista apresenta como significado para esta imagem, o valor inato da personagem, entretanto, admoesta a importância da articulação das qualidades de nascimento com a sua educação, para que haja assim perfeição entre corpo e mente do príncipe¹⁹².

Ao iniciar as *Cien empresas* com tal exemplo, o autor insere-se na tradição daqueles que defendiam a prescrição de preceitos às chamadas “tábulas rasas”. Para Saavedra Fajardo,

Desde aquella edade es menester observar, i advertir sus naturales, sin cuyo conocimiento no pude ser acertada la educacion, i ninguna mas a proposito que la Infancia, en que desconocida à la Naturaleza da malicia, i la disimulacion obra

¹⁸⁷ VILLEGAS, D. Diego Enriquez. Op. cit., fol. 17.

¹⁸⁸ Idem. Op. cit., fol 22-23.

¹⁸⁹ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Segunda Empresa - Y puede el Arte pintar como en tabla rasa sus imágenes. Op. cit. fol. 10. Edição de 1642.

¹⁹⁰ FERNANDES, Maria de Lourdes Correia. Op. cit., p. 339.

¹⁹¹ Imagem oito, cadernos de imagem página 86.

¹⁹² SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Primeira Empresa - Desde la cuna dé señas de si el valor. Op. cit., fol. 01-07. Edição de 1642.

sencillamente, si descubre en la frente, en los ojos, en la rifa, en las manos, i en los demas movimientos sus afectos, i inclinaciones¹⁹³

Na segunda empresa a que nos referimos no capítulo I¹⁹⁴ temos como mote interno a expressão *AD Omnia*, que é traduzida por Saavedra Fajardo como “Y puede el arte pintar como en tabla rasa sus imágenes”, ou seja a ação de se imprimir imagem em uma tela em branco. No início da glosa que acompanha esta empresa, temos a seguinte explicação “*Así como el arte perfecciona la naturaleza, también el hombre nace desnudo de la doctrina y el entendimiento, y se mejora con el estudio de las artes y ciencias*”¹⁹⁵. A legenda da imagem e essa sentença nos oferecem uma ideia acerca da expressão *tabula rasa* e a sua presença na literatura preceptiva régia.

Mas o que significaria a expressão *Tabula rasa*? No dicionário de Raphael Bluteau podemos encontrar o termo grafado de duas maneiras *Taboa rasa* e *Tabula rasa*¹⁹⁶, “se chama o entendimento de hum moço, que ainda não tem espécies de sciencia algũa, & que tem capacidade, para receber quaesquer impressoens”, ou ainda, “se entende a cabeça do ignorante, sem letras & sem notícias”. Ambos se referem ao indivíduo que nada sabe, o que tornaria mais fácil a recepção de qualquer informação, como exemplo metafórico Bluteau usa a ideia já exposta da tela em branco do pintor antes da aplicação das cores: “*O engenho en si he indifferente ao bem, ou ao mal, he Taboa rasa; as cores lhe dão a differença*”¹⁹⁷. Essa é uma referência bem mais clara do que aquela proposta por Sebastián Covarrubias Orozco cerca de cem anos antes. No seu *Tesoro de la lengua castellana o española*, impresso em 1611, o também dicionarista escrevia: “*Llamamos tabia una pintura, por estar pintada en la tabla*”¹⁹⁸.

No período Moderno, *Tabula rasa*, se referia, normalmente, às primeiras etapas da vida, ou seja, a infância, ou a *puerícia*, como também era comumente grafado no período. Estas etapas, como já esclareceu Philippe Ariès em trabalho da década de 1960, fazem parte da sistematização explicativa da evolução biológica e psicológica dos indivíduos e refletiam as

¹⁹³ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 5

¹⁹⁴ Cf. *Infra* p. 25-26.

¹⁹⁵ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Glosa da Segunda Empresa. Op. cit., 1640.

¹⁹⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712. fols. 8-9 e 12. Edição digitalizada disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 02 Ago 2010.

¹⁹⁷ *Idem*. fol. 9.

¹⁹⁸ COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611. fol. 36. Edição digitalizada disponibilizada em <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/1314/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/>. Acesso: 25 Ago 2011.

expectativas sociais e culturais sobre cada faixa etária¹⁹⁹. A partir do uso dos dicionários já citados, podemos perceber que no período estudado essas etapas de vida foram divididas em diferentes idades e versões. Segundo Covarrubias:

La vida del hombre se divide en siete edades: niñez, puericia, adolescência, juventud, virilidad, vejez, decrepitud. Y otros la reparten en menos, poniendo três edades; la edad verde, quando va el hombre creciendo, la adulta, qes varon perfeto, la que se va precipitado y desminuyendo, que es la vejez²⁰⁰.

De outro lado, Rafael Bluteau complementa tempos depois que essa palavra compota quatro espécies de significados, fiquemos com os mais relevantes para nossa análise: “1. *Todo o espaço & curso da vida do homem*. 2. *As diversas partes, que compoem esta vida*”. Ambos aferem as já citadas sete idades, que, de acordo com o clérigo, são classificadas pelos caldeus, árabes, gregos e egípcios, “*a Infancia, a Puericia, a Adolescencia, a Mocidade, a Idade Varonil, a Velhice, a Idade decrépita, & a segunda Infancia*”²⁰¹.

Essas fases também são retratadas em variados tratados normativos, como por exemplo, no espelho português *Opúsculo da Infância e Puerícia dos Príncipes e Senhores*²⁰², de Francisco da Sylva. Contudo o autor se difere do disposto pelos dicionaristas citados ao trazer as fases da vida divididas em dez idades, a saber: a primeira, infância, na qual nascem os dentes; seguida pela puerícia, onde começa a argumentar a virtude generativa, adolescência, na qual desponta a barba e desponta a expressão varonil, juvenil, na qual ocorre o aumento das forças corporais, varonil, no qual está apto para o casamento, na sexta idade chegaria o entendimento humano, na sétima e oitava lhe chegaria a prudência, na nona a velhice, e na décima idade chegaria a decrepitude e a morte²⁰³.

Verificamos que os tratadistas coetâneos a Diego Saavedra Fajardo apresentados neste capítulo defendiam igual e veementemente o valor da educação das primeiras idades. Dessa forma o diplomata encontrava coro quando defendia que “*De los primeros esbozos, i delineamentos pende la perfeccion de la pintura, ali la buena educacion de las impresiones en aquella tierna edad (...)*”²⁰⁴. Na sexta *ethologia*²⁰⁵ de *El Principe em la Idea*, Diego Villegas

¹⁹⁹ Cf. ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 1981. pp. 29-49.

²⁰⁰ COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Op. cit., fol. 332v.

²⁰¹ BLUTEAU, Rafael. Op. cit., fols. 23-24.

²⁰² SYLVA, Francisco. *Opúsculo da Infância e Puerícia dos Príncipes e Senhores*. Lisboa: Paulo Craesbeck, 1644.

²⁰³ Idem. fols. 5-8.

²⁰⁴ SAAVEDRA FAJARDO. Op. cit., fol. 9.

²⁰⁵ A obra de Villegas é dividida em Ethologias. No Vocabulário português e latino, encontramos sua referência à representação ou discurso onde se descrevem os bons ou maus costumes dos homens ou as paixões humanas. Ver. BLUTEAU, Raphael. Op. cit. fol. 354.

também afere relativo valor à educação na infância, pois “*se imprimem las imagenes de la virtude, em los tiernos años*”, dissemos relativo, pois este autor defende que na meninice os preceitos educativos apenas se imprimem ligeiramente, necessitando, pois, do acompanhamento corriqueiro dos “ayos”.²⁰⁶

No *Theatro Moral de la Vida Humana y de toda la Filosofia de los antiguos y modernos*²⁰⁷, outra obra importante da literatura emblemática da época, podemos confirmar a ideia da tabula rasa. Em seu quinto emblema a obra de publicação conjunta de Otto Vaenius, ilustrador holandês, Antonio Brum, embaixador de Felipe IV e do poeta castelhano Diego de Barreda traz a representação de uma cena²⁰⁸ em que indivíduos estão lavando pratos e vasos novos e em seguida verificando se não ficou nenhum odor ou resto de barro que possa estragar o que seria depositado neles. Segundo Brum, o ponto mais significativo da referida imagem é o quadro colocado nesta mesma sala, no qual se podem observar meninos recebendo de seus primeiros mestres pouco a pouco, “*como tierra nueva, el agua celestial, y fecunda*”, a doutrina “*que haze brotar en los espiritus, la semilla de las virtudes y sciencias*”; eliminando “*los olores y resabios de la corrupcion natural.*”²⁰⁹ Aqui a expressão “como tierra nueva”, foi substituída sem nenhum prejuízo pela de “tabula rasa”, confirmando assim o papel de destaque dado às tópicas educativas nos primeiros anos de vida.

Não obstante, se por um lado na *Idea de un principe político Christiano* encontramos um interesse preponderante pela formação da infância régia, por outro não devemos restringir tal conveniência apenas a esta idade, pois, segundo a estrutura de cada capítulo (quando nos referimos a edição de Mônaco de 1640) ou as oito partes temáticas (quando aludimos à edição de Milão de 1642) as *Empresas políticas* correspondem a um plano no qual as empresas são comparadas aos cem passos de uma longa escadaria onde estaria distribuída toda a sabedoria que o príncipe deveria conhecer desde as fraldas até a sepultura. Esta representação literária faz parte da récita metafórica do *gran teatro del mundo* muito comum na tradição da literatura prescritiva do seiscento ibérico. As *Cien empresas* de Saavedra Fajardo podem assim ser compreendidas como uma representação do grande espetáculo teatral da vida humana, no qual, a partir de uma metáfora de gosto renascentista e barroco, a vida e as ações em

²⁰⁶ VILLEGAS, D. Diego Enriquez. Op. cit. fol. 46.

²⁰⁷ BRUM, Antonio; BARREDA, Diego de; VAENIUS, Otto. *Theatro Moral de la Vida Humana y de toda la Filosofia de los antiguos y modernos*. Amberes: Henrico y Comelio Verdussen, 1701. (1ª edição: 1669). Disponível em <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/Libro0025.pdf>.

²⁰⁸ Imagem 9, caderno de imagens página 87.

²⁰⁹ VAENIUS, Otto; BRUM, Antonio; BARREDA, Diego de. Op. cit. fol. 8.

sociedade são comparadas a um teatro, com seu primeiro e último ato²¹⁰. Dessa forma compreendemos a disposição das empresas elencadas no sumário e explicitadas ao longo da obra, onde a primeira empresa alude a *ninez* régia, representada pela iconografia de Hércules no berço, e a última a sua *vejez e muerte*²¹¹.

A primeira empresa já foi explicada anteriormente²¹², já a centésima primeira se desdobra em empresa e epigrama final, trazendo dessa forma duas imagens e dois motes diferentes²¹³. Intitulada *Señala al sucesor - Y (Las ultimas acciones) pronostican cual será el sucesor*,²¹⁴ a efetiva empresa nos traz a imagem de uma coroa e um cetro dispostos sobre uma sepultura, que se encontram, por sua vez, sobre um globo terrestre, estes elementos são iluminado por raios do sol que se põe à direita²¹⁵. Saavedra Fajardo aduz à metáfora da morte do monarca (mostrando a brevidade da vida humana) que finaliza seu governo com segurança e deixa assim um bom exemplo para seu sucessor²¹⁶.

O epigrama final traz por mote a expressão *Ludibria Mortis* que pode ser traduzida como *Y que es igual a todos en los ultrajes de la muerte*. No mesmo encontra-se um poema que se refere a precibilidade da vida do príncipe relacionada aos demais indivíduos. A imagem contida no epigrama traz um crânio de um rei (a perceber pela disposição dos elementos da representação régia, como a coroa e o cetro) recoberto de teias de aranhas que se encontra em meio a ruínas de uma construção nobre²¹⁷.

Saindo da récita do *gran teatro del mundo*, passemos agora a focar os conhecimentos da sabedoria humana que seriam indicados a educação política do príncipe. Como já nos referimos, entre os objetivos presentes no projeto educativo dos escritores dos livros de príncipe podemos encontrar as seguintes ideias pedagógicas: preparação física, preparação moral, preparação intelectual e a preparação religiosa²¹⁸. Na quarta empresa, denominada “*No sólo con las armas – Y (Fortaleciendo) el ánimo con las Ciencias*”, Saavedra Fajardo faz referência aos conhecimentos que deveriam ser aproveitados como instrumentos importantes no exercício do reinar. O tratadista murciano nesta empresa defende que tanto as armas quanto os estudos deveriam ser colocados em um mesmo nível, posto que ambos aspirariam a

²¹⁰ BAQUERO GOYANES, M. *El tema del gran teatro del mundo en las Empresas Políticas de Saavedra Fajardo*. Murcia: Monteagudo, 1953, nº 1. Pp. 04-10.

²¹¹ 101ª empresa: *Los ultrajes de la muerte – Y que es igual a todos en los ultrajes de la muerte*. Idem. fol. 753

²¹² *Desde la cuna dé señas de si el valor*. Cf. *Infra*, p. 55.

²¹³ Centésima Empresa. SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fols. 743-753.

²¹⁴ Mote da imagem *Futurum indicat*. Idem. fol. 743.

²¹⁵ Imagem 10, anexo caderno de imagens página 88.

²¹⁶ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fols. 743-752.

²¹⁷ Imagem 11, anexo caderno de imagens página 88.

²¹⁸ DELGADO, Buenaventura. Op. cit., p.294.

razão. A imagem integrante desta empresa, tanto na edição de 1640, quanto na de 1642, faz menção à importância dos diversos saberes para a ação governativa, a *sciencia* e as *armas* deverão ser colocadas em um mesmo nível de autoridade e ambas sempre deverão almejar a razão.

Na edição de 1640, temos a representação de uma coroa posta sobre dois livros: um que traz em sua lombada a referência a Euclides, cuja tradição remete aos fundamentos da ciência, e o outro, a Homero, representando as “sementes das artes”. Sobre os livros e rodeados pela coroa estão algumas penas que aludem a um ornamento de guerra. Tanto o elemento literário (livros) quanto o régio-belicoso (coroas e penhachos) representam a complementaridade que deve existir entre as letras e as armas²¹⁹.

Já na imagem que figura na edição de 1642 temos como composição uma ampla paisagem na qual aparece em primeiro plano um canhão que é nivelado por um braço que emerge de uma nuvem²²⁰. O significado desta imagem, segundo o próprio Saavedra Fajardo é a relação que deveria existir entre as armas e as letras, estas duas, ao caminhar juntas, dariam suporte ao príncipe para governar tanto em tempos de paz, quanto de guerra, constituindo uma ação governativa em que deveria figurar a prudência e a sabedoria²²¹.

A referida empresa constitui-se em uma das mais significativas no que tange à prescrição de tópicos educativas para o príncipe. Como um autor que defendia o teor pragmático em seu discurso, Saavedra Fajardo compreende as letras como um dos instrumentos necessários à ação régia, contudo estas não deveriam suplantar a preocupação com a governabilidade, dessa forma, o príncipe, e antes deles seus mestres, deveriam buscar um meio termo, não ficando ignorante, mas tampouco dedicando-se de tal forma aos estudos que no fim se esquecessem do reino. Para o tratadista, “(...) *basta en el Principe un esbozo de las ciencias, i artes, i un conocimiento de sus efectos praticos.*”²²²

Podemos localizar o diplomata no conjunto de autores que defendiam que para o sucesso das coisas políticas e militares eram necessárias também as *sciencias*. Mas que gênero de estudos os príncipes deveriam seguir? Quais os ensinamentos básicos eram destacados por esses autores?

Diego de Albornoz em sua *Cartilla política christiana* traz um tópico inteiro dedicado aos gêneros de estudos que o príncipe deveria seguir. No ponto em que trata das *sciencias* que

²¹⁹ Imagem 12, anexo caderno de imagens página 89.

²²⁰ Imagem 13, anexo caderno de imagens página 89.

²²¹ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Empresa 4 – Y (fortaleciendo) el animo con las ciencias. Op. cit. fol. 25-26. Edição de 1642.

²²² Idem. p. 30.

deverão figurar na formação régia, o religioso da igreja de Cartagena, faz referência a jurisprudência, que contribuiria para o conhecimento das leis, para que, dessa forma, fosse empreendida a justiça a todos²²³, às Matemáticas, que na forma de seus rudimentos (cálculos de área, aritmética) facilitaria quando da formação de exércitos e na proteção do reino²²⁴, ao estudo de várias línguas, para que dessa forma o príncipe dispensasse o auxílio de intérpretes quando das ações diplomáticas, a retórica, que seria de suma importância, “*porque deleyta, enseña, persuade, y aun engaña(...)*”²²⁵ e, por fim, a História, considerada por este autor como o estudo mais útil para os príncipes²²⁶. Ponderemos um pouco sobre essas duas últimas *sciencias* já que elas nos fornecem um profuso número de tópicos acerca da educação do príncipe. Contudo, salientamos que nosso interesse maior é pela análise da categoria *Exemplo* contida nas *Empresas políticas*, pois compreendemos que esta tangencia esses dois ramos de conhecimento.

Vimos anteriormente que as *Empresas políticas* de Saavedra Fajardo podem ser classificadas dentro dos subgêneros retóricos deliberativo, que aconselha quanto ao futuro e epidíctico, que elogia o bem e vitupera o mal²²⁷. Em ambos os casos podemos verificar o largo emprego dos *exemplos* na elaboração de argumentos que serão levados aos diferentes auditórios. No que tange ao gênero deliberativo a tópica do exemplo é preferida pelo objetivo da aspiração de conjectura do futuro a partir dos fatos passados. Já no caso do gênero epidíctico, que apresenta principalmente a amplificação de fatos comuns ao público, usa-se o exemplo para descrever determinadas ações nobres²²⁸.

A *Idea política de um príncipe cristiano*, como foi apontado acima, baliza-se na larga utilização de exemplos. O tratadista murciano recorre a tópica dos exemplos dos antepassados de D. Baltasar Carlos como forma de educar o futuro governante nos melindres da atividade política, não obstante, além dos exemplos mais próximos àquele, lança mão ainda de um elenco muito vasto de outras personagens históricas ou mesmo mitológicas como forma de inculcar as doutrinas da Razão de Estado não somente ao futuro monarca, mas ainda aos ministros e demais cortesãos de Felipe IV.

Para enfatizar a pertinência do estudo desta tópica lançamos mão das definições contidas nos dicionários modernos já citados. Em seu *Tesoro de la lengua castellana o española*, Covarrubias se refere ao *Exemplo* como “*la comparacion que traemos de una cosa*

²²³ ALBORNOZ, Diego. Op. cit. fol.102.

²²⁴ Idem. fol. 102-102v.

²²⁵ Idem. fol. 103.

²²⁶ Idem. fol. 103v.

²²⁷ REBOUL, Olivier. Op. cit. pp. 46-47.

²²⁸ REBOUL, Olivier. Op. cit. p. 46.

para apoiar outra”, já o padre Raphael Bluteau, além da explicação do conceito, elucida a importância de seu uso: “*Cousa, proposta, para ser ou imitada, ou evitada. Não há cousa mais eficaz que o bom exemplo, nem mais pernicioso, que o mau (...) imitamos as boas acções por emulação; & seguimos as más por corrupção de nossa natureza (...)*”²²⁹. Para o historiador espanhol José Antonio Maravall o uso do exemplo possuía um valor incondicionado para os escritores políticos do século XVII e tal herança foi aproveitada da tradição que remontava ao medievo, na qual o exemplo era utilizado como método de doutrinação²³⁰. Os tratadistas políticos seiscentistas seguiram essa firme crença no valor exemplar dos casos concretos e, de certa forma, a reunião desses últimos se faz a partir do chamado “saber histórico”, que, desde o alvorecer do renascimento, integrava o cânon pedagógico dos *studias humanitatis* e é considerado um dos seus pilares²³¹. Dessa forma podemos compreender porque, no que tange as *Sciencias* que deveriam ser ensinadas ao príncipe, a História encontra um lugar privilegiado na preceptiva do século XVII.

A intensa valorização do aprendizado desse campo de conhecimento faz parte de um fenômeno que marcou o modo de pensar o exercício da política desde o século XVI. Nesse período autores como Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini e Giovanni Botero passaram a priorizar a importância do aprendizado da história por todos aqueles que se encontrassem às voltas com as artes de governar²³². A partir desse contexto, projetou-se para a História um papel de saber que é ao mesmo tempo exemplar e pragmático e não apenas eloquente e panegírico, dotando-a com uma finalidade pedagógica de repositório inesgotável de experiências e exemplos que tinham como objetivo aconselhar os governantes e fazer julgamentos morais e éticos sobre o comportamento humano. Para Diego Henriquez Villegas,

Archivo de la antigüedad, es la historia: deposito de memorables hechos, para el recuerdo: Espejo en que se miran acciones gloriosas, que sirven de componer, y moderar las propias: (...) Erario rico de observaciones politicas, y documentos para disposicion de intentos, y modo en su execucion.²³³

Neste sentido, Villegas salienta ainda a importância do papel da história para a educação política:

²²⁹ BLUTEAU, Raphael. Op. cit. fol. 380.

²³⁰ MARAVALL, José Antonio. *Teoría del Estado en España...* Op. cit., p. 58.

²³¹ TEIXEIRA, Felipe Charbel. Op. cit., p. 181.

²³² WILLIAMS, Rachel Saint. *Ars Histórica e artes de governar na Castela Seiscentista. Ars historica - revista de história dos discentes do PPGH UFRJ*, vol 1, n.1, Jan-jun. 2010. pp. 99-110.

²³³ VILLEGAS, Diego Henriquez. Op. cit. fol. 279.

Perene fuente de enseñanza: Oceano caudaloso, por donde navega el ingenio, indagando las causas; efectos; objetos a que se miraron, que produxeron; a que obligarõ en los casos que se refieren, para despues de hallado todo, la resolucion poder tomar seguro puerto (...) ²³⁴

Tal concepção é semelhantemente partilhada por seu contemporâneo, o clérigo Diego de Albornoz que em sua *Cartilla política y christiana* compreende história como:

escrita de hombres entendidos, que no van atados solo a la simple narrativa de los sucessos, sino que dexando campo abierto al discurso, insinuã por todas partes las razones, dando luz al entendimiento, para que dellas saque escarmiento, o ensenança. ²³⁵

Neste sentido a história deveria “*iluminar os homens, fornecendo, com abundância de exemplos, modelos virtuosos dignos de imitação*” ²³⁶, dessa forma o exemplo tornaria claro o que antes era obscuro. Diego Saavedra Fajardo, já na dedicatória de sua obra também aponta o valor da história como repositório de experiências:

La historia es maestra de la verdadera politica, i quien mejor enseñará à reinar al Príncipe, porque en ela està presente la esperiencia (sic) de todos los gobiernos pasados, i la prudencia, i juicio de los que fueron, Consejero es, que a todas horas està com ele. ²³⁷

Ao defender a finalidade pedagógica da história o autor define que “*con este fin refiere la historia libremente los hechos pasados, paraque las virtudes quède por exemplo, se repriman los vícios, i se advierta en las acciones con el temor de la memória de la infamia*” ²³⁸. No meio dessas constatações novamente o papel das ações do príncipe é enfatizado pelos autores seiscentistas como instrumento para as demais categorias sociais visto constituírem importante fonte de exemplos históricos. Bluteau em verbete já comentado expõe que “*Não há decreto mais autorizado, que o exemplo do superior (...) pode mais o exemplo do Príncipe, que a Ley*”. Para Diego de Albornoz “*Muense (...) los hombres con el exemplo de otros hombres, pero mucho màs con el de los principes, porque no solo imperam con la voz sino con los movimientos, y las acciones*” ²³⁹.

Nesses autores podemos perceber como o pragmatismo ibérico passou a tratar história como uma “utilidade pública” que vai se pautar na valorização da experiência. A história, ao

²³⁴ Ibidem. fol 279.

²³⁵ ALBORNOZ, Diego. Op. cit. fol. 103v.

²³⁶ TEIXEIRA, Felipe Charbel. Op. cit. p. 176.

²³⁷ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit. fol.31.

²³⁸ Idem. fol. 03.

²³⁹ ALBORNOZ, Diego. Op. cit. fol.44v.

reunir os conhecimentos acumulados da ação de outros políticos, ofereceria ao governante a possibilidade de adquirir a *experiência* que, por sua vez, deveria ser conjugada com a virtude da *prudência*, essas duas sendo consideradas conceitos centrais presentes no discurso da literatura política preceptiva do século XVII.

Para Saavedra Fajardo, o exercício da *prudência* realizado pelo príncipe se daria tanto através das experiências próprias quanto das experiências adquiridas. José Antonio Maravall nos elucida essas considerações distintas no século XVII. Para ele, nesse período existiam duas noções sobre a experiência: uma estava atrelada a um sentido tradicional, relacionado à experiência acumulada a partir da trajetória particular do indivíduo, por exemplo: o conhecimento político prático que um governante adquiriu pessoalmente – experiência de primeira ordem -; a outra estava relacionada a um sentido moderno na atitude intelectual de observação dos diversos feitos para futura seleção e composição de um corpus sistemático, considerando dessa forma a experiência como forma de conhecimento – experiência de segunda ordem²⁴⁰. Na compreensão de Saavedra Fajardo, a história faria parte do segundo grupo e os príncipes deveriam ter cuidado com a procedência e seleção dessas “experiências de segunda ordem”:

la Historia es una representacion de las edades del mundo; por ella la memoria bive los días de los pasados. Los errores de los que ya fueron, advierten à los que son. Por lo qual es menester, que busque el Principe amigos fieles, y verdaderos, que le digan la verdad en lo passado, y en lo presente(...) así son los libros de História, que ni adulan, ni callan, ni disimulan la verdad; consultese con ellos, notando los descuidos, y culpas de los Antepassados: los engaños, que padecièron: las artes de los palacios: y males internos, y externos de los Reynos, y reconozca, si peligra en los mismos.²⁴¹

O trecho acima endossa mais uma vez a importância da seleção do casos vividos por homens do passado para o efetivo sucesso político, afinal de contas seriam este os exemplos que o príncipe adequaria a determinadas ocasiões. Elena Cantarino, analisando essa duas instâncias da experiência e sua relação com a história e a ciência política, nos aponta que para o político ou governante eram recomendadas a posse tanto da experiência de primeira ordem quanto do conhecimento do corpus da história – experiência de segunda ordem-, pois só assim estes desenvolveriam uma personalidade política prudente²⁴².

Torna-se oportuno apontar que não cabe neste trabalho tecer uma longa teorização acerca da tópica da *prudência* e sua transformação ao longo dos séculos, contudo, para fins de

²⁴⁰ Cf. CANTARINO, Elena. Op. cit., pp. 285-297.

²⁴¹ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Vigésima oitava empresa. Op. Cit. fol. 243-244.

²⁴² CANTARINO, Elena. Op. cit., pp. 287-288.

contextualização, traçaremos uma breve explicação. Segundo Felipe Charbel a prudência, que constitui-se como “*categoria chave para a fixação de um critério interpretativo alicerçado no princípio do cálculo seguro*”²⁴³, teve suas primeiras discussões e definições a partir das filosofias platônica e aristotélica que a configuravam como uma faculdade intelectual associada à parte calculadora da alma racional. Esta tinha por objeto o contingente e se opunha às virtudes intelectuais do segmento científico da alma.²⁴⁴ Posteriormente, com os latinos, a prudência passou a designar a disposição intelectual hábil em articular o entendimento do passado, a visão do presente e a antevisão do futuro, de modo a possibilitar a formulação de juízos honestos e justos²⁴⁵. No contexto tomista a prudência se configurou como uma “reta razão aplicada ao agir” que concilia virtudes morais e intelectuais²⁴⁶.

No período moderno, a partir do humanismo, o conceito de *prudência* adquiriu enorme complexidade até alcançar a noção de inteligência prática que objetivava se adequar a determinadas situações do contexto político do XVII²⁴⁷. Michel Senellart aponta que Maquiavel foi o responsável direto pela transformação que liberou a *prudência* de sua inscrição na ordem moral, convertendo-a em técnica de ação eficaz. Desta forma, o século XVI e também o XVII passariam a empregar a *prudência* como uma virtude que se inscrevia na ordem da razão, se desenvolvia com o passar do tempo e aquisição de experiência, intencionava o atendimento aos preceitos pragmáticos que pretendiam a condução da vida pública e tinha por finalidade a conservação e ampliação do poder político. Dessa forma, uma personalidade política prudente passava a exigir agora, além da experiência vivida e do conhecimento extraído da *ars* histórica, um cuidado criterioso no que diz respeito à seleção das lições e exemplos que seriam apropriados às demandas políticas vigentes. A partir dessas colocações podemos perceber porque os tratadistas políticos do seiscentos ibérico consideravam a história como uma *mestra da prudência*²⁴⁸.

Diego Saavedra Fajardo segue toda uma tradição letrada que, baseando-se no *De Inventione*, de Cícero, defendia que a virtude da prudência seria formada por muitas partes, as quais poderiam se resumir a três: “*memória do pasado, inteligência de lo presente, y providencia de lo futuro*”²⁴⁹. Essa metáfora é explicada na imagem da vigésima oitava empresa denominada “*Consúltese con los tiempos pasados, presentes y futuros*” na qual o

²⁴³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. Op. cit., p. 58.

²⁴⁴ WILLIAMS, Rachel Saint. Op. cit., p. 105. TEIXEIRA, Felipe Charbel. Op. cit., p. 60.

²⁴⁵ TEIXEIRA, Felipe Charbel. Op. cit., p. 63.

²⁴⁶ Idem. Op. cit., pp. 65-66.

²⁴⁷ Cf. SENELLART, Michel. 2006.

²⁴⁸ CANTARINO, Elena. Op. cit., pp. 292-293.

²⁴⁹ CÍCERO APUD SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol.243.

diplomata recorre a imagem de um cetro, em torno do qual se enrosca uma serpente coroada. Este cetro encontra-se sobre um relógio de areia e a imagem aparece refletida nos dois espelhos laterais²⁵⁰. A explicação deste motivo elucida a concepção do autor acerca da importância da temporalidade para a virtude da prudência: a serpente e o cetro representam a prudência do príncipe, o relógio de areia, o tempo presente que corre e os dois espelhos, o tempo passado e futuro. Os três tempos representam os espelhos do governo. Esses quando notados suas manchas e defeitos passados e presentes, se podem corrigir com a ajuda (polimento) das experiências próprias e adquiridas.²⁵¹

Quando relaciona os três tempos à virtude da prudência, Saavedra Fajardo confirma a colocação de Elena Cantarino de que os tratadistas do seiscentos consideravam a história como uma *mestra prudência*,

Con este estudio de la Historia podra V.A. entrar mas seguro en el golfo del gobierno, teniendo por piloto a la experiencia de lo pasado para la direccion de lo presente, y disponiendo-lo de tal suerte, que fije V.A. los ojos en lo futuro, y lo antevea para evitar los peligros, o para que sean menores, prevenidos²⁵².

Mas quais exemplos seriam melhor aplicados na educação preceptiva do príncipe? Quais contribuiriam para o desenvolvimento da virtude prudência? O próprio Diego Saavedra Fajardo aduz que valeria-se tanto de exemplos antigos quanto modernos, pois de ambos empreenderiam qualidades significativas para a educação do príncipe:

de aquellos por la autoridad, i destes, porque persuaden mas eficazmente, i tambien porque aviendo pasado poco tiempo, està menos alterado el estado de las cosas, i con menor peligro se pueden imitar, ò con mayor acierto formar por ellos un juicio politico, i advertido siendo èste el mas seguro aprovechamiento de la Historia. Fueradeque no es tan esteril de virtudes, i heroicos hechos nuestra Edad, que no dè al siglo presente, i à los futuros insignes Exemplos, i seria una especie de invidia, engrandezcer las cosas antiguas, i olvidarnos de las presentes²⁵³.

Como podemos então perceber, a vasta tipologia de exemplos aplicada por Saavedra Fajardo ao longo de suas *Cien Empresas* se remete tanto a exemplos da tradição pagã, a exemplo da imagem de Hércules no berço relativa a segunda empresa, quanto da tradição cristã, e ainda modelos da tradição secular. Essa articulação que aliou os exemplos de diferentes vieses foi posta em prática principalmente a partir do início de Baixa Idade Média,

²⁵⁰ Imagem 14, anexo caderno de imagens página 90.

²⁵¹ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 187.

²⁵² Vigésima oitava empresa. Idem. fol. 187.

²⁵³ SAAVEDRA FAJARDO. Prólogo. Op. cit., fol. 5.

período no qual os autores da literatura especular buscavam suas referências na Bíblia, na literatura patrística e também entre os escritores da antiguidade.²⁵⁴

Nessa variedade de exemplos, o tratadista murciano, como já aludimos, enfatizava a influência dos antepassados. Em sua décima sexta empresa que tem por mote *Púrpura iuxta purpuram*, traduzida como *Cotejando sus Acciones con la de sus antecesores* temos explícito o valor da emulação dos antepassados para a educação principesca e o sucesso da governabilidade. Saavedra Fajardo instrui a D. Baltasar Carlos que:

Compare V.A sus acciones con las de aquellos, y conozera la diferencia entre unas, y otras, o para su billes el color a las propias, ó para quedar premiado de su misma virtud (...) Considere pues V. A si iguala su valor ao de su Generoso padre; su piedade a la de su Aguelo, su prudência a la de Felipe Segundo: su magnanimidade a la de Carlos Quinto: su agrado al de Felipe el Primero: su politica a la de Don Fernando el catholico: su liberalidad a la de Don Alonso (...): su justicia a la del Rei Don Afonso Undécimo: i su religion a la del Rei Don Fernando el Segundo, y enciendase V.A en desseos de imitallos con generosa competencia.²⁵⁵

A imagem da referida empresa toma como base a comparação feitas entre as duas peças de tecido semelhantes, que estão dispostas sobre uma mesa, para explicar que os príncipes também devem balizar suas atitudes e valores comparando suas ações com as de seus antecessores, visto que aprenderiam em muito com as mesmas²⁵⁶.

Saavedra Fajardo sugere principalmente aos pais o fornecimento dos conselhos prescritivos. Para ele “*La (...) obligacion natural de los Padres es la enseñanza de sus Hijos*”, pois “*mas bien reciben los hijos los documentos, o reprehensiones de sus Padres, que de sus Maestros, i Ayos, principalmente los Hijos de Principes, que desprecian el ser gobernados de los inferiores*”, afinal de contas, conclui o autor: “*Quien sino el Principe, podrá enseñar à su Hijo à representar la Magestad, conservar el decoro, mantener el respeto, i gobernar los Estados*”.²⁵⁷

Detenhamo-nos um pouco à função destes no que tange à educação política de seus filhos. Para Saavedra Fajardo aos pais caberia, além da obrigação natural com o sustento, a importante tarefa da escolha dos mestres. O tratadista advertia que, se nem sempre fosse possível aos progenitores os métodos necessários à boa educação do príncipe, ou que se eles não pudessem atendê-la por qualquer motivo, deveria deixá-la a cargo dos mestres e *ayos* de bons costumes, de ciências e experiências, acrescentando ainda que fossem também de “*gran*

²⁵⁴ SENELLART, Michel. Op. cit., pp.138-139.

²⁵⁵ SAAVEDRA, Fajardo, Diego. Op. cit., fol. 104.

²⁵⁶ Imagem 15, anexo caderno de imagens página 91.

²⁵⁷ SAAVEDRA FAJARDO. Op. cit. fol. 4.

valor, y generoso espiritu, y tan experimentados en las artes de la paz, y de la guerra, que sepan enseñar a reinar al Principe”.

Vimos anteriormente que se por um lado Diego Saavedra Fajardo defendia a importância do *studio*, por outro compreende que seu extremo é danoso. Para ele, se a profunda ignorância causava desprezo e zombaria e cometia disformes erros, a demasiada dedicação aos estudos arrebataria a preocupação com os ânimos do governo²⁵⁸. Assim, para o príncipe seriam mais relevantes aquele grupo de conhecimentos práticos que ilustrasse o entendimento e ajudasse a formar o juízo na condução do governo de paz ou de guerra²⁵⁹, ou seja, deveriam ser enfatizados aqueles conhecimentos procedentes da experiência do mundo. Eram esses conhecimentos que deveriam ser aplicados na arte de reinar, por isso a importância dada à tópica do *Exemplo* como forma de influenciar ações decisões políticas.

Contudo, torna-se oportuno lembrar que dentro da ótica no pragmatismo político ibérico a religião era uma das instâncias balizadoras para a atuação governativa do príncipe. Naquele contexto, no âmbito da monarquia hispânica, a política obedecia a uma concepção específica de Razão de Estado fundamentada na política cristã católica, por isso os exemplos e ensinamentos contidos nas *Cien Empresas* levavam em consideração os pressupostos que aludiam aquelas moral e ética. Vemos em Saavedra Fajardo que dentre os primeiros preceitos a serem ensinados ao príncipe estava o “*temor de Dios*”, porque seria o “*principio da sabedoria*”²⁶⁰. Segundo Luiz Reis Torgal, Diego Saavedra Fajardo, como vários políticos do século XVII, tinha a consciência de que a política, mesmo constituído-se em uma arte com características próprias, em que as regras de atuação deveriam ser devidamente ponderadas e aplicadas, como católico procurava ligar essas mesmas regras à religião²⁶¹, dessa forma à política cabia um lugar subordinado a moral católica²⁶².

Tal concepção encontra-se explícita na décima oitava empresa intitulada “*Reconozca de Dios el cetro*”²⁶³, nela a religião católica aparece como fundamento da ação política e dá

²⁵⁸ Idem. fol. 28.

²⁵⁹ Idem. fol. 30.

²⁶⁰ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit. fol. 30.

²⁶¹ TORGAL, Luis Reis. Op, cit., p.137.

²⁶² Contudo torna-se oportuno salientar que esta subordinação não ocasionou a rejeição irrestrita de algumas das teses maquiavelianas. Deste modo alguns dos pressupostos defendidos pelo político florentino foram empregados na tratadística ibérica seicentista, sem, contudo levarem a uma total ruptura com a moral contrarreformada ou ainda ao rompimento da relação de dependência e subordinação da política com a moral católica. Cf.

WILLIANS, Rachel Saint. *As Armas do Fidalgo: O discurso político de Francisco de Quevedo y Villegas*.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGH/ UFRJ/ IFCS, 2008. Pp.87-89.

²⁶³ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 112.

essência a atuação régia²⁶⁴, pois, segundo nosso autor, “*Siendo Dios por quien reinan los Reyes, i de quien depende su grandeza, sus aciertos, nunca podram errar, si tuvièren los ojos en el*”²⁶⁵, já que, “*La maior potestad descende de Dios*”²⁶⁶. Na imagem desta empresa visualiza-se um braço, que saindo de uma nuvem, empunha um leme que governaria e dirigiria o mundo, há também um cetro no qual está incrustada uma pequena lua crescente que está abaixo do sol. O sol alegoricamente representa a imagem do poder de Deus e a lua a figura do príncipe²⁶⁷. Saavedra Fajardo explica que o príncipe dependeria, portanto da luz solar – poder de Deus – para gerir as questões do Estado.

O temor a Deus como componente da gestão monárquica ainda tem especial atenção na vigésima quarta empresa sob título “*Mire siempre al norte de la verdadera religión*”²⁶⁸, e na vigésima quinta, intitulada “*Poniendo en ella la firmeza y seguridad de sus Estados*”²⁶⁹. Naquela primeira o tratadista murciano destaca que a justiça instituída com as leis são as colunas que sustentam a República, contudo ele alerta que são colunas no ar “*sino asentaren sobre la base de la Religion, la qual es el vinculo de las leyes*”²⁷⁰. Saavedra Fajardo compara a verdadeira religião²⁷¹ como um imã de uma bússola que conduz à direção correta. Sua metáfora é expressa na imagem constituinte da referida empresa, que é representada por uma bússola localizada próxima a uma praia sob um céu estrelado. Esta aponta para a estrela polar, apesar de aquela localizar-se no meio de outras duas estrelas²⁷². Saavedra Fajardo conclui sua metáfora comparando o movimento contínuo da agulha da bússola, que só cessaria quando apontasse para a estrela polar²⁷³, com a inquietação humana, que só se tranquilizaria quando conhecesse e adorasse a Deus, seu norte, seu local de repouso²⁷⁴.

Assim, para Diego Saavedra Fajardo a Religião era a alma das Repúblicas e a ninguém seria mais conveniente conservá-la que aos príncipes, pois constituíam-se como pilotos da mesma²⁷⁵. Como aduz metafóricamente, tanto na parte gráfica quanto discursiva da já mencionada vigésima quinta empresa²⁷⁶, tal como a cegonha que constrói seu ninho nas torres das igrejas e, sustentando-se no sagrado assegura sua sucessão, assim seria o príncipe que

²⁶⁴ TORGAL, Luis Reis. Op. cit., p. 153.

²⁶⁵ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 114.

²⁶⁶ Idem. fol. 114.

²⁶⁷ Imagem 16, anexo caderno de imagens página 92.

²⁶⁸ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 163.

²⁶⁹ Idem. fol. 169.

²⁷⁰ Idem. fol. 163.

²⁷¹ Para ele, católica.

²⁷² Imagem 17, anexo caderno de imagens página 93.

²⁷³ A estrela polar indica sempre o norte.

²⁷⁴ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit. fol. 164.

²⁷⁵ Idem. fol. 164.

²⁷⁶ Imagem 18, anexo caderno de imagens página 94.

levantasse sua monarquia sobre a pedra angular da igreja, pois poderia conservá-la firme e segura²⁷⁷.

Ao lado dos saberes do conhecimento prático já descritos acima nas seis primeiras empresas da *Idea de um príncipe político christiano*, encontramos ainda a preocupação com a preparação física do futuro monarca. Para Buenaventura Delgado a tópica da atividade física pode ser vista como um conhecimento que garantiria o êxito na manutenção do governo²⁷⁸. Dessa forma não poderiam faltar aos conhecimentos do príncipe as *artes martiales*,²⁷⁹ as *artes equestres*²⁸⁰ e as *artes venatoriae*²⁸¹, assim os mestres e tratadistas políticos consequentemente recorriam aos variados exemplos concretos do mundo antigo, dos homens pios, e ainda das metáforas do mundo natural como forma de emulação de modelos e condutas. Saavedra Fajardo nos dá indicações acerca desses exercícios físicos em sua terceira empresa intitulada “Robur et Decus”, traduzida como *Trabàjen pues en fortalezelle el cuerpo, i ilustralle el animo con exercicios honestos*²⁸², onde é apontada a importância de exercícios práticos para o sucesso da gestão do príncipe. A referida empresa inicia-se com uma representação iconográfica que tece analogias entre o desenvolvimento de uma rosa e de um coral. Segundo a explicação do diplomata de Felipe IV, a primeira, devido ao cuidado dispensado por seus cultivadores, mostrara-se frágil, e por isso mesmo, teria uma existência efêmera, enquanto o coral, por desenvolver-se a sombra das intempéries da natureza, revelaria-se com vigor mais perene²⁸³. Saavedra Fajardo indica que esta mesma situação poderia aludir à educação do futuro monarca,

Tales se ven en la educación de los Principes, los quales si se crian entre los arniños, i las delicias, qui ni los visite el sol, ni el viento, ni sientan outra aura, que la dos perfumes, salen achacosos, i inútiles para el gobierno, como al contrario robusto, i hábil, quien se cria entre las fatigas, i trabajos. Con estos se alarga la vida, con los deleite se abrevia²⁸⁴.

Deste modo, o político conclui suas reflexões usando como exemplo dois monarcas ibéricos – Don João II e Don Fernando, o católico-, para enfatizar seu argumento acerca da educação do príncipe que prescinde dos exercícios práticos e ocasionam a ruína dos governantes e, por conseguinte, do reino:

²⁷⁷ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol 169.

²⁷⁸ DELGADO, Buenaventura. Op. cit., p. 293.

²⁷⁹ Exercícios práticos com a espada, lança, escudo.

²⁸⁰ Exercício com as artes da cavalaria.

²⁸¹ Exercícios de caça com o arco e com o falcão.

²⁸² SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 17.

²⁸³ Imagem 19, anexo caderno de imagens página 95.

²⁸⁴ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. Op. cit., fol. 18.

La conveniencia, o daño de esta o aquella educación se vieron en el Rei Don Juan el Segundo i el Rei Don Fernando el Cathólico. Aquel se crió en el Palácio, este en la campaña. Aquel entre Damas, este entre soldados. Aquel quando entró a gobernar le pareció que entrava en un golfo no conocido, i desamparado el timon le entrego a sus validos. Este no se hállo nuevo, antes en un Reino ageno se supo gobernar i, hazer ovedecer, aquel fue despreciado, este respetado. Aquel destruyó su Reino, i este levantó una Monarquia²⁸⁵.

Nas passagens analisadas ao longo deste capítulo procuramos analisar a importância dos instrumentos tradicionais da retórica para alguns dos autores políticos do seiscentos ibérico. Nestas podem se percebidas a utilização tanto do argumento do prestígio como do argumento de autoridade, aparentes aqui sob a forma dos *exemplos*. Diego Saavedra Fajardo, como também os demais autores analisados, recorre ao uso destes como demonstrativos da experiência, para, dessa forma, tornar legítimos seus argumentos, atendendo assim aquelas ações que são consideradas como fins da retórica, a saber: docere, delectare, movere. Assim compreende-se como os fundamentos retóricos contidos nas *Empresas políticas* possibilitaram que o autor atendesse as demandas da educação política do príncipe do seiscentos ibérico. Prático e ao mesmo tempo cristão, o monarca idealizado pelo diplomata murciano deveria afastar-se das influências maquiavelianas na prática política, por isso, a ação régia pautava-se em uma ética cristã contrarreformada, que, a partir da apropriação e adequação dos preceitos tacitistas empreendidos por Justo Lipsio e a posterior divulgação da sua obra, passou a adotar um certo pragmatismo. Isso pode ser percebido no conjunto de saberes que deveriam figurar na educação principesca elencados tanto na *Idea de un príncipe político Christiano*, como nas demais obras da literatura preceptiva consultada.

²⁸⁵ Idem. Op. cit. fols. 18-19.

CONCLUSÃO.

Ao longo de nosso trabalho procuramos analisar como se dava a relação da escrita preceptiva com a realidade política ibérica no século XVII. Através da análise de partes de discursos contidas nas obras dos autores políticos, imersos nos universos tanto da literatura especular quanto da literatura emblemática, vimos que, nesse período, era defendida a perspectiva da elaboração de preceitos normativos que orientaram a educação do príncipe para além de uma perspectiva intelectual, já que, acima de tudo, as tópicos contidas nos exemplares que compunham essas obras que integravam a chamada literatura normativa almejavam um elo com a prática política.

Dentro desse grupo de autores estava o político e diplomata da corte de Felipe IV, D. Diego Saavedra Fajardo, que foi um dos que mais destacados representantes do encontro da literatura emblemática e literatura especular. Aliou a formulação de tópicos educativas com a prática política. Sua principal obra *Idea de un príncipe Político Christiano representada en Cien empresas*, principalmente a primeira parte, nos apresenta um rol dos conhecimentos que seriam mais importantes para que o príncipe Baltasar Carlos, futuro gestor do Estado Ibérico, administrasse seu domínio. Dentre esses conhecimentos os mais significativos estavam associados ao uso da tópica da experiência, que remetia-se, no caso, ao campo do conhecimento histórico aqui encarado como história *magistra vitae*, no qual o autor recorria aos exemplos tanto *pagãos* quanto *pios*, bem como aos dos antepassados do futuro monarca como forma de emulação. Os atos de emulação propostos por Saavedra Fajardo apresentavam-se de forma escrita e também plástica, através da incorporação da imagem emblemática. Esse recurso fazia com que conteúdo didático ficasse retido mais facilmente e perdurasse por mais tempo.

Verificamos ainda que, se por um lado, Saavedra Fajardo pode ser identificado como um dos autores que saíam em defesa de preceitos prescritivos pragmáticos na ação política, por outro destacava que estes deveriam ser balizados com os conhecimentos relacionados à fé cristã católica, o próprio título da obra mencionada remete tal preocupação, bem como as empresas que elencam os exemplos de temor a Deus. Isso pode parecer de certa forma um paradoxo, contudo pode ser aclarado se compreendermos que o tratadista estava imerso em um ambiente que já tinha realizado uma releitura do tacitismo, ação empreendida pelo humanista Justo Lipsio. Dessa forma, devemos compreender que ao invés do afastamento

quase que radical das propostas de uma Razão de Estado racionalizada e secularizada, as tópicas defendidas pelo tratadista murciano procuravam adequar-se às exigências de uma ação política concreta e não idealizada.

Ao concluir este trabalho esperamos ter alcançado o objetivo de contribuir para as análises que procuram ampliar as perspectivas de compreensão da literatura política ibérica seiscentista. Composta principalmente pelas formas normativas dos espelhos de príncipe, livros de emblemas e manuais de civilidade, nos discursos da referida literatura encontramos a articulação entre preceitos educativos e manutenção e conservação do Estado Ibérico no século XVII, contudo ainda são poucos os trabalhos que remetem-se ao uso dos emblemas e seu valor naquela tratadística política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes:

ALBORNOZ, Diego. *Cartilla Política e Christiana*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1667.

ARIBAU, Buenaventura Carlos. (org.) *Biblioteca de autores Españoles desde la formación del lengua hasta nuestros días*. Tomo XXV. Madrid: Imprenta y Estereotípia de M. Rivadeneyra, 1853.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712. Edição digitalizada disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 02 Ago 2010.

BRUM, Antonio; BARREDA, Diego de; VAENIUS, Otto. *Theatro Moral de la Vida Humana y de toda la Filosofia de los antiguos y modernos*. Amberes: Henrico y Comelio Verdussen, 1701. (1ª edição: 1669). Disponível em <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/Libro0025.pdf>.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611. Edição digitalizada disponibilizada em <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/1314/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/>. Acesso: 25 Ago 2011.

HILDAGO, Dionísio. *Diccionario General de Bibliografia Española*. Tomo I. Madrid: Imprenta de Las escuelas Pias, 1862.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana histórica, critica, e cronológica*. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

_____. *Biblioteca Lusitana histórica, critica, e cronológica*. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752.

MENEZES, Sebastião César de. *Summa Política*. Amsterdam: Simão Di Soeiro Lusitano, 1650.

SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en cien Empresas. Dedicada al príncipe de las Espanas nuestro Señor*. Monaco: Imprenta de Nicolao Henrico, 1640.

_____. *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en cien Empresas*. Milán: 1642.

SYLVA, Francisco. *Opúsculo da Infância e Puerícia dos Príncipes e Senhores*. Lisboa: Paulo Craesbeck, 1644.

VILLEGAS, D. Diego Enriquez. *El Príncipe en la Idea*. Madrid: Imprenta Real, 1656.

Obras Gerais:

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

AYALA, Francisco. *El pensamiento vivo de Saavedra Fajardo: Estudio y selección de las Empresas políticas*. Barcelona: Península, 2001.

BAQUERO GOYANES, M. *El tema del gran teatro del mundo en las Empresas Políticas de Saavedra Fajardo*. Murcia: Monteagudo, 1953, nº 1. pp. 04-10.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Peirre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-363.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003.

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Org. Tiago Giraudo. São Paulo: Paulu, 2008.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996.

CABARROCAS, Sònia Boadas. Um Manuscrito inédito de Suspiros de Francia de Saavedra Fajardo. Murgetana. Revista semestral de la Real Academia Alfonso X el Sabio. Ano 2010, nº 122. pp. 9-36.

CANTARINO, Elena. Política e História: Soluciones Casuistas para tiempos de moral equívoca. (Syglos XVI y XVII). In: XIIè Congrès Valencià de Filosofia. Valencia: Arts Gràfiques Soler, S.A, 1998. p. 285-297.

CARDIM, Pedro. Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 22, 2001.

CHARTIER, Roger. “Construção do Estado Moderno e formas culturais. Perspectivas e questões”. In: *A História cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. pp. 215-229.

DELGADO, Buenaventura. *História de La educacion em España y América. Tomo II: La educacion em la España Moderna (Syglos XVI – XVIII)*. Madrid: Ediciones Morata S.L, 1993.

- DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier; DE PACO, Mariano. *História de la literatura Murciana*. Murcia: Academia Alfonso X el sábio, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.
- FERNANDES, Maria de Lourdes Correia. *Espelhos, Cartas e Guias de Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*. Tese de doutoramento do Instituto de Cultura Portuguesa/ Faculdade de letras da universidade do Porto. Porto: 1995.
- FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus . História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006. pp. 9-38.
- GEA, Belén Rosa de. Estelas de Saavedra Fajardo: su obra, sus lectores. *Res Publica: Revista de Filosofia política da Universidade de Murcia*. Nº 19, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões”. In: SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.
- GUÉNEE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1981.
- HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés (org). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 61-97.
- JASMIN, Marcelo Gantus. “Política e Historiografia no Renascimento Italiano: O caso de Maquiavel”. In: CAVALCANTE, Berenice; KAMITA, João Masao e JASMIN, Marcelo. *Modernas tradições: Percursos da cultura ocidental – séculos XV-XVII*. Rio de Janeiro: Access, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: Biografia*. Rio de Janeiro: Record.
- LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. *Kriterion*. 2011, vol.52, n.123, pp. 177-195. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/kr/v52n123/a10v52n123.pdf>>. Acesso: 25 Ago 2011.
- MALDONADO DE GUEVARA, Francisco. Emblemática y política: La obra de Saavedra Fajardo. *Revista de Estudios Políticos*, v. 43, 1949. pp. 15-80.
- MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984. Vol. III.

- MARAVALL, José Antônio. *Teoría del Estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Sobre o rei. In: *O rei no espelho: A monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002. pp. 149-188.
- OLIVEIRA, Ricardo de. O melhor amigo do rei: a imagem da perfeita privanza na Monarquia Hispânica do século XVII. *História*, Franca, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-0742009000100023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 Dez. 2010.
- PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (org.). *As excelências do governador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 47-70.
- POZA, Sagrario López. Introducción. In: SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Empresas políticas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999. pp. 13-162.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REIS, Jaime Estevão dos. *Pensamento Político e Modelo de príncipe nas Empresas Políticas de Saavedra Fajardo*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Ciências e letras. ASSIS: UNESP, 2000.
- RÉMOND, René. “Uma História do presente”. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 13-36.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George. *História da vida Privada: Da Renascença ao século das luzes*. Vol. 3, série Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das letras, 2009. pp. 169-210.
- REVENGA, Francisco Javier Díez de. Tradición áurea y actualización política: El pensamiento de Saavedra Fajardo según Francisco Ayala. *Res Publica: Revista de Filosofía política da Universidade de Murcia*. Nº 19, 2008.
- RUCQUOI, Adeline; BIZARRI, Hugo O. Los Espejos de príncipes en Castilla: Entre Oriente y Occidente. *Cuadernos de História de España*. V. 79, nº 1. Buenos Aires, 2005. pp. 7-30. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-11952005000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso 04 Jan 2010.
- SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SUAREZ, Jorge Novella. “Francisco Ayala y Henrique Tierno Galván, lectores de Saavedra.” *Res Publica: Revista de Filosofia Política da Universidade Murcia*. Nº 19, 2008. pp. 433-448.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: Retórica, prudência e História em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. pp. 159-176.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

_____; RALHA, Raffaella Longobardi de. *João Botero: Da Razão de Estado*. Coimbra, I.N.I.C - Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1992.

VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. Introdução. In: GUSMÃO, Alexandre. *A Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WILLIANS, Rachel Saint. Ars Histórica e artes de governar na Castela Seiscentista. *Ars historica - revista de história dos discentes do PPGH UFRJ*, vol 1, n.1, Jan-jun. 2010.

WILLIANS, Rachel Saint. *As Armas do Fidalgo: O discurso político de Francisco de Quevedo y Villegas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGH/ UFRJ/ IFCS, 2008.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel. (Coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 113-130.

ANEXOS

ÍNDICE DAS IMAGENS.

IMAGEM 1:	81
IMAGEM 2:	82
IMAGEM 3:	83
IMAGEM 4:	83
IMAGEM 5:	84
IMAGEM 6:	84
IMAGEM 7:	85
IMAGEM 8:	86
IMAGEM 9:	87
IMAGEM 10:	88
IMAGEM 11:	88
IMAGEM 12:	89
IMAGEM 13:	89
IMAGEM 14:	90
IMAGEM 15:	91
IMAGEM 16:	92
IMAGEM 17:	93
IMAGEM 18:	94
IMAGEM 19:	95



CON el Pincel, i los colores muestra en todas las cosas su poder el arte. Con ellos si no es Naturaleza la Pintura, es tan semejante a ella, que en sus obras se engaña la vista, i a menester valerse del tacto para reconocerlas. No puede dar almas a los cuerpos, pero les dà la gracia, los movimientos, i aun los afectos del alma.

Imagem 1: Primeira Página da Segunda empresa da *Idea de un príncipe político Christiano representado en cien empresas*, de D. Diego Saavedra Fajardo. Edição de Mônaco, 1640, fl. 07

ANDREÆ ALCIATI
Silentium.

EMBLEMA XI.



*CUM tacet, haud quicquã differt sapientibus amens.
Stultitiæ est index linguæque, vóxque suæ.
Ergo premat labia, digitoque silentia signet,
Et sese Pharium vertat in Harpocratem.*

Imagem 2: Detalhe do emblema 11 de *Les Emblemes latin-françois du seigneur Andre Alciatti*.
Paris: Jean Richer Libraire, 1584.



Imagem 3: Símbolo imagético da Empresa 95, edição de Mênaco 1640: Caduceu de Mercúrio com mote alusivo “*citra pulverem*”.



Imagem 4: Símbolo imagético da Empresa 96, edição de Mênaco 1640: Troféu de Guerra com uma ave vigilante sobre ele e mote alusivo “*vencer e velar*”.

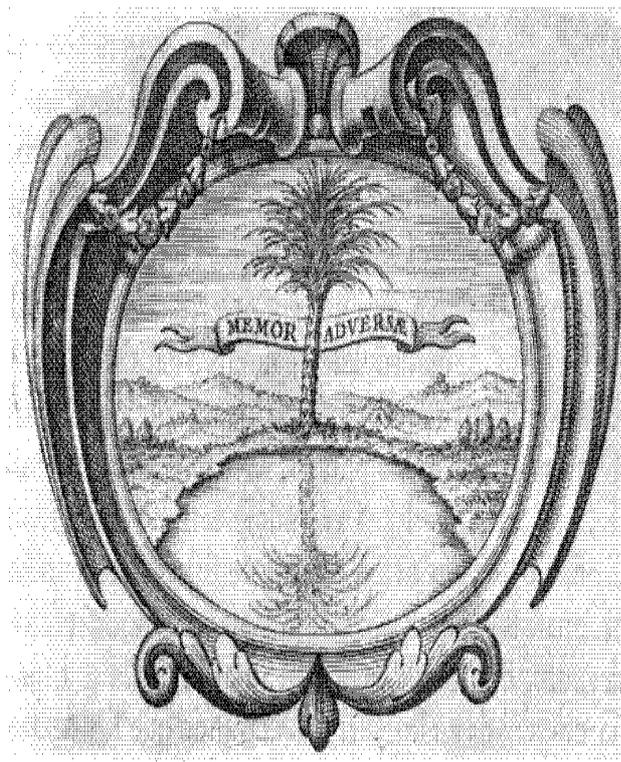


Imagem 5: Símbolo imagético da *Empresa 96*, edição de Milão 1642: Palmeira refletida na água, com o mote alusivo “*memor adversae*”.



Imagem 6: Símbolo da *Empresa 6*, que em substituição a empresa 5 (da edição de 1640), foi adicionada à edição de Milão, 1642. Imagem representando um círculo de açucena com ramos de trigo. Mote: “*politioribus ornantur litterae*”.



Imagem 7: Símbolo da Empresa 14, adicionada à edição de Milão, 1642. Imagem representando o interior de uma sala, e, em um banco sem costas, um grande par de tesouras sobre um pedaço de pano. Mote: “*detrahit et decorat*”.



Imagem 8: Primeira Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Mônaco, 1640. fl 01.



Imagem 9: Quinto Emblema do *Theatro Moral de la Vida Humana y de toda la Filosofia de los antiguos y modernos: La Fuerza de la Enseñanza.*



Imagem 10: Centésima Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fl 743.



Imagem 11: Epigrama da Centésima Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fl 753.



Imagem 12: Quarta Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Mônaco, 1640. fl 24.



Imagem 13: Quarta Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fl 25.



Imagem 14: Vigésima oitava Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fol 186.

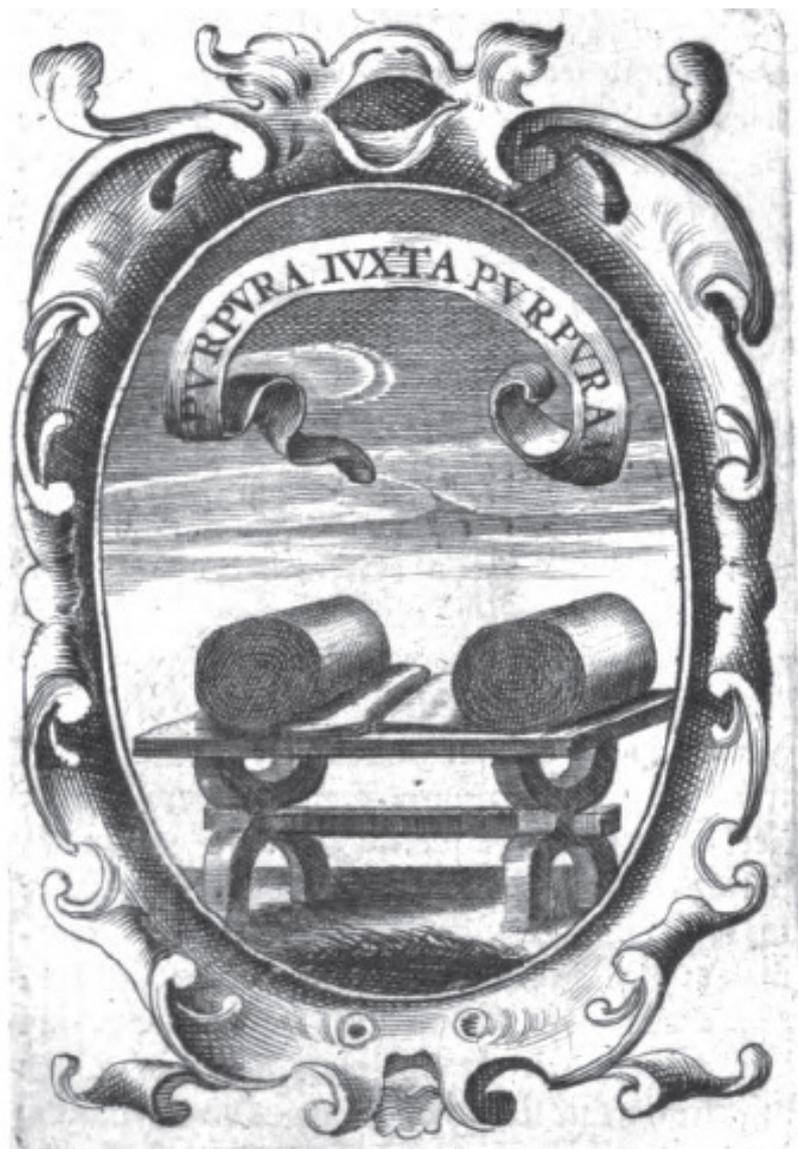


Imagem 15: Vigésima oitava Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fol 103.

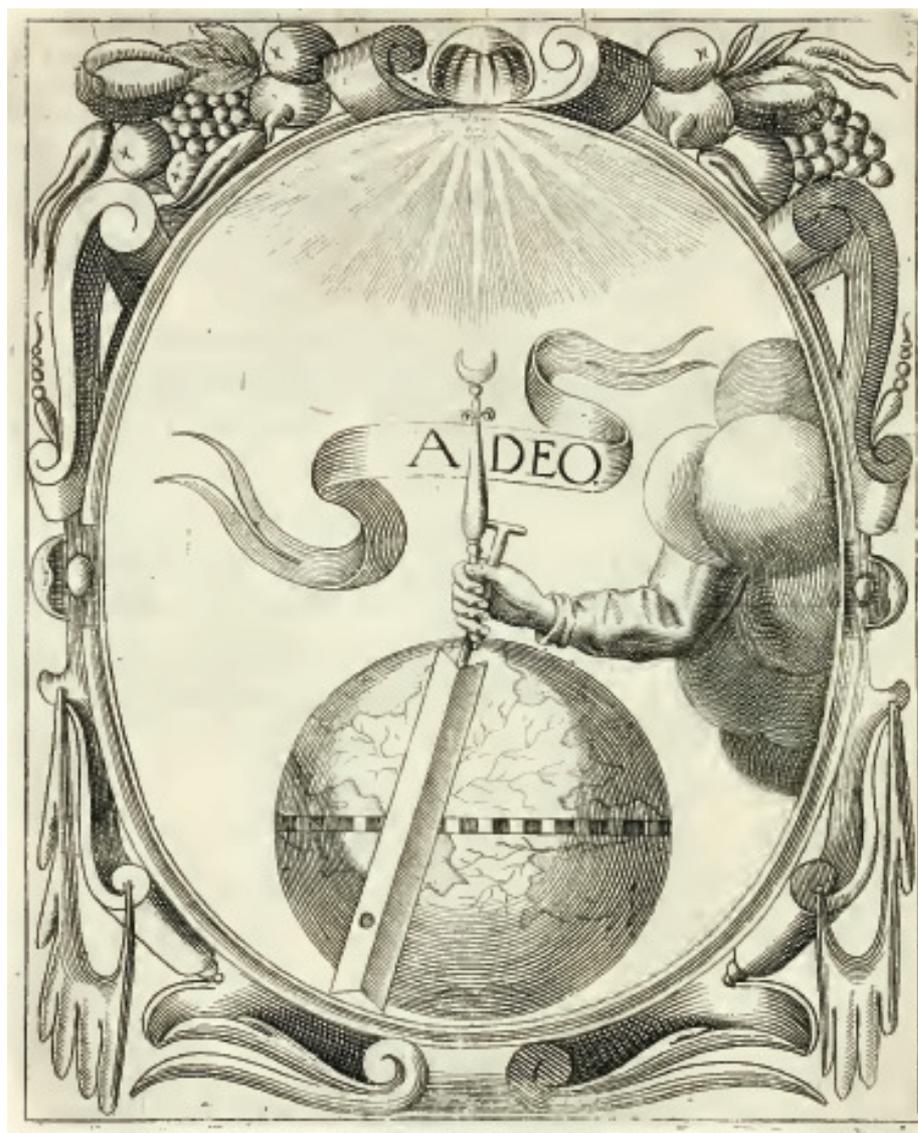


Imagem 16: Décima oitava Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fol. 112.



Imagem 17: Vigésima quarta Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fol. 163.



Imagem 18: Vigésima quinta Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642. fol. 169.

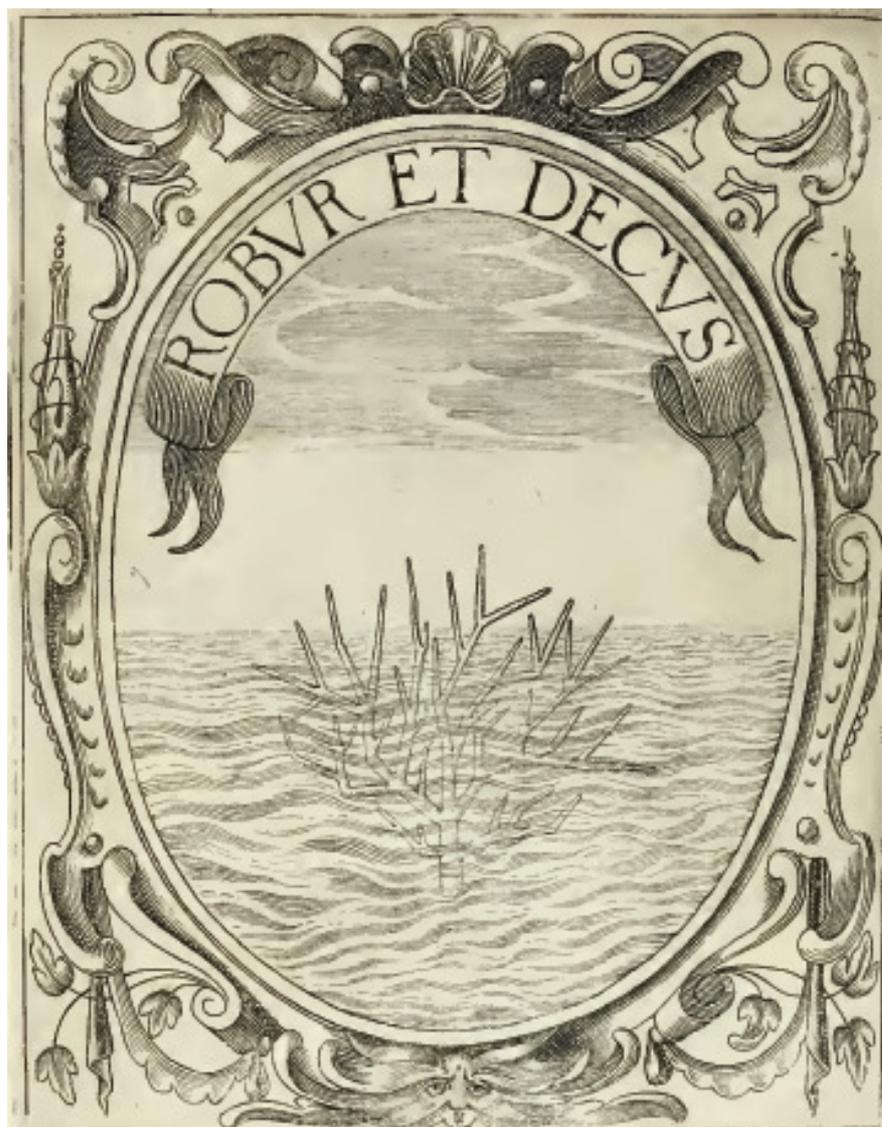


Imagem 19: Terceira Empresa da *Idea de un principe político Christiano*. Edição de Milão, 1642.
fol. 17.